

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	28.014
Preferenciais	8.290
Total	36.304
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	13.780.638	13.356.144
1.01	Ativo Circulante	6.395.445	5.872.356
1.01.01	Disponibilidades	163.250	178.496
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.242.727	1.749.587
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	977.599	430.959
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.265.128	1.318.628
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	426.439	470.049
1.01.03.01	Carteira Própria	185.069	134.987
1.01.03.02	Vinculados a Prestação de Garantias	77.459	1.657
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	23.554	0
1.01.03.04	Vinculados a Compromissos de Recompra	140.357	333.405
1.01.04	Relações Interfinanceiras	579.000	351.947
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	16.535	15
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	562.238	351.932
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	227	0
1.01.05	Relações Interdependências	27.447	701
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	27.447	701
1.01.06	Operações de Crédito	2.501.466	2.733.981
1.01.06.01	Setor Público	0	121
1.01.06.02	Setor Privado	2.665.495	2.928.879
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-164.029	-195.019
1.01.08	Outros Créditos	453.956	386.683
1.01.08.01	Rendas a Receber	16.757	30.628
1.01.08.05	Créditos Tributários - IR e CS	289.981	243.928
1.01.08.14	Diversos	148.381	113.290
1.01.08.15	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.163	-1.163
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.160	912
1.01.09.01	Despesas Antecipadas	339	18
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	821	894
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.695.058	6.880.444
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	844.509	790.308
1.02.02.01	Carteira Própria	760.485	562.366
1.02.02.02	Vinculados ao Banco Central	31.405	84.212
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	52.619	143.730
1.02.03	Relações Interfinanceiras	89.136	86.417
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	89.136	86.417
1.02.05	Operações de Crédito	4.709.628	4.930.205
1.02.05.01	Setor Público	0	61
1.02.05.02	Setor Privado	4.904.731	5.173.288
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-195.103	-243.144
1.02.07	Outros Créditos	922.436	980.501
1.02.07.01	Créditos Específicos	5.236	5.764
1.02.07.03	Créditos Tributários - IR e CS	260.029	298.658
1.02.07.07	Rendas a Receber	0	67
1.02.07.09	Diversos	657.171	676.012
1.02.08	Outros Valores e Bens	129.349	93.013

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	133.192	94.722
1.02.08.02	Despesas Antecipadas	0	1.096
1.02.08.03	Provisão para Desvalorizações	-3.843	-2.805
1.03	Ativo Permanente	690.135	603.344
1.03.01	Investimentos	480.797	433.616
1.03.01.02	Participações em Controladas	478.276	431.101
1.03.01.04	Outros Investimentos	2.521	2.515
1.03.02	Imobilizado de Uso	54.020	60.455
1.03.02.01	Imóveis de Uso	54.989	54.989
1.03.02.02	Instalações	6.112	6.124
1.03.02.03	Móveis e Equipamentos de Uso	24.067	24.052
1.03.02.04	Sistema de Comunicação	2.023	2.039
1.03.02.05	Sistema de Processamento de Dados	60.785	61.686
1.03.02.06	Sistema de Segurança	8.996	8.102
1.03.02.07	Sistema de Transporte	2.258	2.415
1.03.02.08	Diversos	1.169	217
1.03.02.09	Depreciações Acumuladas	-106.379	-99.169
1.03.04	Intangível	155.318	109.273
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	229.983	159.539
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-74.665	-50.266

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	13.780.638	13.356.144
2.01	Passivo Circulante	7.248.918	7.407.222
2.01.01	Depósitos	5.769.563	5.923.113
2.01.01.01	Depósito à Vista	698.041	883.165
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.675.757	1.625.891
2.01.01.03	Depósitos à Prazo	3.174.010	3.179.423
2.01.01.04	Depósitos Interfinanceiros	221.755	234.634
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	776.792	601.420
2.01.02.01	Carteira Própria	140.008	333.088
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	636.784	268.332
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	244.877	504.048
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	244.877	504.048
2.01.04	Relações Interfinanceiras	31.804	6
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	31.804	6
2.01.05	Relações Interdependências	65	270
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	65	270
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	0	421
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	0	421
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	47.284	55.902
2.01.07.01	Tesouro Nacional	193	187
2.01.07.02	Banco do Brasil	13.135	15.683
2.01.07.03	BNDES	10.095	12.953
2.01.07.04	CEF	0	121
2.01.07.05	FINAME	23.861	26.958
2.01.09	Outras Obrigações	378.533	322.042
2.01.09.01	Fiscais e Previdenciárias	45.129	37.659
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	118	5.836
2.01.09.03	Cobrança, Arrecadação, Tributos e Assemelhados	87.565	7.124
2.01.09.04	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	0	42
2.01.09.05	Provisão para Pagamentos a Efetuar	41.641	119.559
2.01.09.06	Cheques Administrativos	615	11.659
2.01.09.07	Provisão para Contingências	29	10.228
2.01.09.08	Obrigações para Convênios Oficiais	25.637	20.494
2.01.09.09	Obrigações para Aquisição de Bens e Direitos	341	2.971
2.01.09.10	Obrigações para Prestação de Serviço de Pagamentos	16.008	17.730
2.01.09.11	Credores Diversos País - Pend a Regularizar - Diversos	13.471	2.666
2.01.09.12	Credores Diversos País - Pagamentos a Processar	31.193	30.170
2.01.09.13	Obrigações Atuariais CVM 695/2012	28.869	23.407
2.01.09.14	Obrigações com bandeiras e associados	4.580	4.319
2.01.09.15	Credores por Recursos a Liberar	4.116	4.815
2.01.09.16	Carteira de Câmbio	31	2
2.01.09.17	Pendências de Depósitos	4.057	2.577
2.01.09.18	Valores a Pagar de Ligadas	0	2.153
2.01.09.19	Pendências a Reg de Sistema	364	5.212
2.01.09.20	Diversas	74.769	13.419
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.275.339	4.774.766

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.01	Depósitos	3.459.712	3.066.451
2.02.01.01	Depósitos a prazo	3.459.712	3.066.451
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	86.881	125.150
2.02.03.01	Recursos e Letras Hipotecárias	86.881	125.150
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	187.588	213.570
2.02.07.01	Tesouro Nacional	1.393	1.327
2.02.07.02	Banco do Brasil	38.135	39.632
2.02.07.03	BNDES	64.204	75.098
2.02.07.04	CEF	0	61
2.02.07.05	FINAME	83.856	97.452
2.02.09	Outras Obrigações	1.541.158	1.369.595
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	35.215	28.458
2.02.09.03	Obrigações Atuariais CVM 695/2012	285.089	263.326
2.02.09.04	Provisão para Pagamentos a Efetuar	130.491	0
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas Elegíveis do Capital	165.605	152.959
2.02.09.06	Provisões para Contingências	410.339	517.958
2.02.09.07	Diversas	69.635	655
2.02.09.08	Instrumentos de Dívida Elegíveis de Capital	444.784	406.239
2.05	Patrimônio Líquido	1.256.381	1.174.156
2.05.01	Capital Social Realizado	900.000	900.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	860.500	860.500
2.05.01.02	Aumento de Capital	39.500	39.500
2.05.04	Reservas de Lucro	446.469	438.068
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-161.718	-163.912
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-161.718	-163.912
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	71.630	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	607.445	1.847.682	657.675	1.994.450
3.01.01	Operações de crédito	518.885	1.567.816	543.426	1.655.771
3.01.02	Resultado de Aplicações Interf. de Liquidez e Tit. e Val. Mobiliarios	79.057	253.886	107.093	315.978
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio	498	2.400	753	1.962
3.01.04	Resultado de aplicações compulsórias	9.005	23.580	6.401	20.680
3.01.05	Resultado com inst. financeiros e derivativos	0	0	2	59
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-232.045	-864.417	-365.316	-1.103.845
3.02.01	Operações de captações no mercado	-196.967	-676.697	-285.678	-855.281
3.02.02	Operações de empréstimos, cessões e repasses	-929	-2.899	-2.190	-6.547
3.02.03	Provisão para operações de crédito	-34.149	-184.821	-77.448	-242.017
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	375.400	983.265	292.359	890.605
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-263.578	-749.141	-154.192	-707.751
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	48.969	139.761	40.321	122.364
3.04.02	Despesas de Pessoal	-198.810	-575.528	-196.124	-594.916
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-114.693	-331.905	-114.179	-329.448
3.04.04	Despesas Tributárias	-24.285	-70.632	-22.027	-68.640
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	30.660	106.923	166.123	241.198
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-28.038	-97.016	-41.189	-124.734
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	22.619	79.256	12.883	46.425
3.05	Resultado Operacional	111.822	234.124	138.167	182.854
3.06	Resultado Não Operacional	1.246	-641	-1.056	-8.849
3.06.01	Receitas	3.368	7.166	1.279	3.387
3.06.02	Despesas	-2.122	-7.807	-2.335	-12.236
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	113.068	233.483	137.111	174.005
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-19.774	-32.728	-19.434	-25.234
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-10.659	-17.675	-10.483	-13.396
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-9.115	-15.053	-8.951	-11.838
3.09	IR Diferido	-10.344	-13.587	9.972	27.068

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-11.320	-25.059	-16.097	-22.848
3.10.01	Participações	-11.320	-25.059	-16.097	-22.848
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	71.630	162.109	111.552	152.991
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,97300	4,46520	3,07270	4,21410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	71.630	162.109	111.552	152.991
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11.683	2.194	350	-48.607
4.02.01	Ganhos/perdas de ativos financeiros disp p/ venda	1.744	3.215	654	1.469
4.02.02	Efeito Fiscal TVM	-810	-1.481	-304	-686
4.02.03	Passivo Atuarial	-19.137	-18.908	0	-82.317
4.02.04	Efeito Fiscal Passivo Atuarial	6.520	19.368	0	32.927
4.03	Resultado Abrangente do Período	59.947	164.303	111.902	104.384

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	525.049	357.225
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	442.427	261.439
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	162.109	152.991
6.01.01.02	Provisões para Operações de Crédito	184.821	242.017
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	33.278	26.636
6.01.01.04	Provisões para Contingências	35.136	-53.186
6.01.01.05	Provisão para Perdas/Desvalorizações	641	-230
6.01.01.06	Créditos Tributários	-667	-59.309
6.01.01.07	Resultados Participação Coligadas e Controladas	-79.256	-46.425
6.01.01.08	Outros Ajustes	190	0
6.01.01.09	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-63.011	106.772
6.01.01.10	Títulos e Valores Mobiliários	-9.048	-253.024
6.01.01.11	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-224.925	123.026
6.01.01.12	Operações de Crédito	268.271	-146.221
6.01.01.13	Outros Créditos	-1.784	27.916
6.01.01.14	Outros Valores e Bens	1.241	1.171
6.01.01.15	Outras Obrigações	127.961	160.902
6.01.01.16	Passivos Fiscais	7.470	-21.597
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	82.622	92.765
6.01.02.01	Depósitos	239.711	-29.715
6.01.02.02	Operações compromissadas	175.372	134.053
6.01.02.03	Obrigações por empréstimos e repasses	-35.021	-14.777
6.01.02.04	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	-297.440	3.204
6.01.03	Outros	0	3.021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.279	-100.708
6.02.01	Juros s/ Capital Próprio e Dividendos Recebidos	42.778	990
6.02.04	Alienação de Bens - Não de Uso Próprio	6.724	1.360
6.02.05	Inversão de Bens - Não de Uso Próprio	-45.190	-69.859
6.02.06	Inversão Imobilizado de Uso	-2.699	-4.962
6.02.07	Inversão de Intangível	-73.016	-17.639
6.02.08	Inversão em Investimentos	-10.703	-10.702
6.02.10	Alienação de Imobilizado de Uso	255	104
6.02.11	Alienação de Intangível	2.572	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.887	46.274
6.03.03	Juros s/ Capital Próprio e Dividendos Pagos	-82.078	-17.000
6.03.06	Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	51.191	63.274
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	414.883	302.791
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.767.737	1.699.923
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.182.620	2.002.714

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	900.000	0	0	438.068	0	-163.912	1.174.156
5.03	Saldo Ajustado	900.000	0	0	438.068	0	-163.912	1.174.156
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	162.109	0	162.109
5.05	Destinações	0	0	0	8.401	-90.479	0	-82.078
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	8.401	-90.479	0	-82.078
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	4.524	-4.524	0	0
5.05.03.02	Reserva de Margem Operacional	0	0	0	51.504	-51.504	0	0
5.05.03.04	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-34.451	0	-34.451
5.05.03.05	Dividendos	0	0	0	-47.627	0	0	-47.627
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2.194	2.194
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.734	1.734
5.07.04	Ajuste de Passivo Atuarial	0	0	0	0	0	460	460
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	446.469	71.630	-161.718	1.256.381

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	900.000	0	0	285.294	0	-85.395	1.099.899
5.03	Saldo Ajustado	900.000	0	0	285.294	0	-85.395	1.099.899
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	152.991	0	152.991
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	24.439	-41.439	0	-17.000
5.06.01	Reserva Legal	0	0	0	2.072	-2.072	0	0
5.06.02	Reserva de Margem Operacional	0	0	0	22.367	-22.367	0	0
5.06.03	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-17.000	0	-17.000
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-48.607	-48.607
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	783	783
5.07.04	Ajuste de Passivo Atuarial	0	0	0	0	0	-49.390	-49.390
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	309.733	111.552	-134.002	1.187.283

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	1.674.912	1.847.415
7.01.01	Intermediação Financeira	1.847.682	1.994.450
7.01.02	Prestação de Serviços	139.761	122.364
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-184.821	-242.017
7.01.04	Outras	-127.710	-27.382
7.01.04.01	Outras receitas/despesas operacionais	-127.069	-18.533
7.01.04.02	Resultado não operacional	-641	-8.849
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-679.596	-861.828
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-148.139	-154.294
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-16.242	-16.631
7.03.02	Serviços de Terceiros	-131.897	-137.663
7.04	Valor Adicionado Bruto	847.177	831.293
7.05	Retenções	-33.278	-26.636
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.278	-26.636
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	813.899	804.657
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.256	46.425
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	79.256	46.425
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	893.155	851.082
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	893.155	851.082
7.09.01	Pessoal	510.036	528.529
7.09.01.01	Remuneração Direta	339.963	363.054
7.09.01.02	Benefícios	145.014	142.627
7.09.01.04	Outros	25.059	22.848
7.09.01.04.01	Participação nos lucros	25.059	22.848
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	207.498	156.041
7.09.02.01	Federais	136.866	87.401
7.09.02.03	Municipais	70.632	68.640
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.512	13.521
7.09.03.01	Aluguéis	13.512	13.521
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	162.109	152.991
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	34.451	16.941
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	127.658	136.050

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho**SENHORES ACIONISTAS,**

Apresentamos o Relatório da Administração do BRB - Banco de Brasília S.A., relativo ao terceiro trimestre de 2017, que segue as disposições legais estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DIRETORIA COLEGIADA.

Comentário do Desempenho

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
1.1.	Apresentação.....	4
1.2.	Conjuntura Econômica Internacional, Nacional e Local	5
2.	PRINCIPAIS INDICADORES	6
3.	DESEMPENHO OPERACIONAL	8
3.1.	Ativo.....	8
3.2.	Passivo	9
3.3.	Resultados	9
4.	GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE	10
4.1.	Gestão do Capital	10
4.1.1.	Índice de Basileia	10
4.1.2.	Capacidade de Alavancagem.....	11
4.1.3.	Índice de Imobilização	11
4.2.	Gestão de Riscos	11
4.2.1.	Risco de Mercado	12
4.2.2.	Risco de Liquidez	13
4.2.3.	Risco Operacional	13
4.2.4.	Risco de Crédito	14
4.2.5.	Risco Socioambiental	14
4.2.6.	Política de Risco Reputacional.....	14
4.3.	Controles Internos e Conformidade.....	15
5.	<i>GUIDANCE</i>	15
6.	INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO TRIMESTRE.....	16
7.	INFORMAÇÕES LEGAIS	16
8.	AGRADECIMENTOS	17

Comentário do Desempenho

1. INTRODUÇÃO

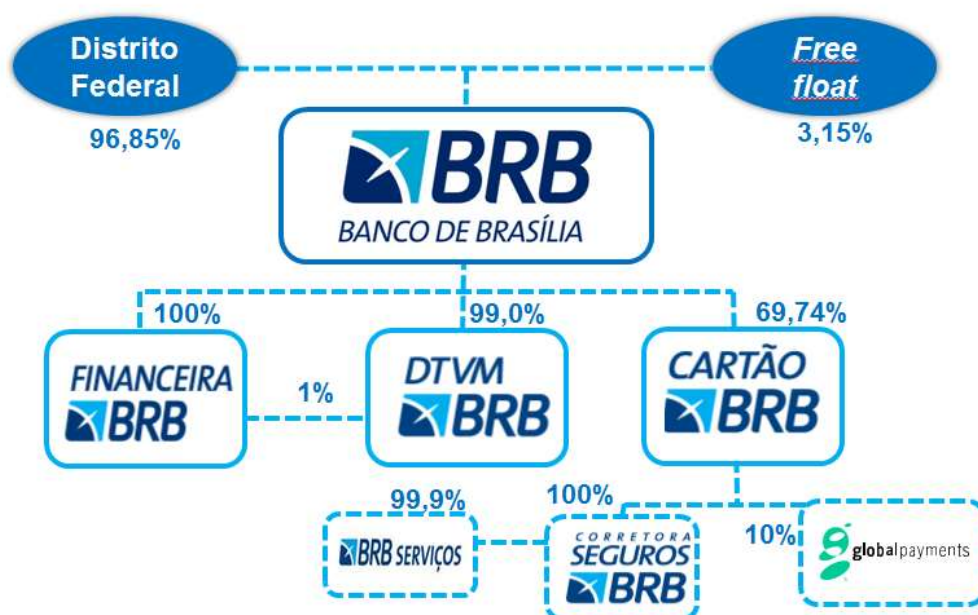
1.1. Apresentação

O Banco de Brasília S.A. – BRB é um banco múltiplo, constituído sob a forma de sociedade de economia mista e é o único banco público estadual da Região Centro-Oeste, cujo acionista majoritário é o Distrito Federal, com 96,85% das ações.

Em seus mais de 50 anos de existência, o BRB destaca-se pela força da sua carteira comercial, que contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e de suas áreas de influência.

O BRB está posicionado entre os maiores bancos brasileiros. É o 14º em depósitos a prazo; 10º em crédito imobiliário; 11º em depósitos em poupança, e 11º em número de agências.

O Conglomerado BRB é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco, cuja estrutura e composição acionária do BRB apresentamos a seguir.



Comentário do Desempenho

1.2. Conjuntura Econômica Internacional, Nacional e Local

O terceiro trimestre do ano foi marcado por um desempenho favorável da economia mundial, ainda que sob forte influência das tensões políticas e geopolíticas globais. A consolidação do quadro favorável da atividade no mundo pode ser explicada, em grande medida, pelo expansionismo da política monetária e pelo menor impacto negativo das políticas fiscais nas principais economias. O Panorama Econômico Mundial, divulgado semestralmente pelo FMI, apontou uma melhora nas projeções para o crescimento da economia em vários países em 2017 e 2018. Desde 2010, é a primeira vez que ocorre uma revisão positiva de projeções entre as publicações de abril e outubro, ratificando a percepção de melhora generalizada dos indicadores econômicos. O Fundo Monetário Internacional prevê aceleração generalizada da atividade econômica mundial em 2017, com PIB encerrando o ano em 3,2% e uma modesta aceleração adicional liderada pelo melhor desempenho das economias emergentes em 2018 (PIB em 3,5%).

Na Europa, a sinalização do Banco Central Europeu de que estenderá sua política de compras de ativos por, pelo menos, mais um ano foi vista com surpresa pelo mercado. A cautela do Banco Central Europeu, que surpreende em função do contexto de melhora consistente do quadro macroeconômico da região ao longo deste ano, motivou uma desvalorização da moeda comum europeia. O FMI também melhorou a previsão para o PIB da zona do euro em 2017 e 2018, amparada na expectativa de melhor desempenho das quatro maiores economias da região. Segundo a instituição, esse PIB deve crescer 2,1% este ano e 1,9% em 2018.

Nos EUA, a inflação segue abaixo da meta perseguida pelo Banco Central norte-americano (FED). As expectativas inflacionárias continuam em níveis historicamente baixos e os ganhos salariais permanecem contidos. Ainda assim, no entanto, o FED tem dado continuidade à normalização da sua política monetária e o mercado já precifica em mais de 80% a probabilidade de nova elevação dos juros do país em dezembro deste ano. A sinalização é de que ocorram ainda mais três aumentos em 2018. Com relação ao PIB, as projeções do FMI apontam para um índice de 2,2% para este ano e 2,3% para o próximo ano.

Na Ásia, as projeções do FMI apontam para um crescimento de 6,8% e 6,5% em 2017 e 2018, respectivamente, para a economia chinesa. A expectativa do Fundo Monetário Internacional é de que o país apresente uma desaceleração bastante lenta no restante da década, com a manutenção de um mix de políticas públicas suficientemente expansionistas. Analistas do mercado avaliam, no entanto, que mudanças na condução da política econômica do país podem ocorrer após a definição das linhas de atuação no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês e afetar a economia do país de maneira mais agressiva. O Japão apresentou melhora da confiança do setor privado e a expectativa é de que o banco central do país reduza os estímulos monetários no médio prazo.

Em relação ao cenário doméstico, as sondagens econômicas têm apresentado resultados positivos nos últimos meses, amparadas na recuperação da confiança dos empresários e consumidores, ainda que de maneira moderada e gradativa. As projeções para o crescimento do PIB em 2017 foram seguidamente revisadas para cima, em contraste com o que ocorreu nos últimos anos. O relatório do FMI revisou de 0,2% para 0,7% o crescimento do PIB em 2017 e atribuiu a nova projeção à expressiva safra agrícola e à liberação de recursos das contas inativas do FGTS.

Para 2018, a expectativa da instituição aponta para um crescimento de 1,5%, resultado comedido, dada a fraqueza dos investimentos e o aumento das incertezas na seara política, além das dificuldades na condução da política econômica. No campo da política monetária, a redução da taxa básica de juros (Selic) em 675

Comentário do Desempenho

pontos-base, desde outubro do ano passado até outubro deste ano, contribuiu para uma incipiente redução no custo do crédito. A perspectiva é de que a Selic seja reduzida até o patamar de 7% no fim de 2017, permanecendo assim ao longo de todo o ano seguinte. Entretanto, as apostas do mercado de que o Copom pode dar continuidade ao ciclo de redução da taxa básica em 2018 tem aumentado nas últimas semanas. A expectativa dessas casas é de que a Selic caia até o patamar de, pelo menos, 6,75% e permaneça assim até o final do ano que vem.

Quanto ao cenário de crédito, dados recentemente divulgados pelo Banco Central mostram estabilidade do saldo total no mês de setembro quando comparado ao mês de agosto. Em relação a setembro de 2016 a variação ficou negativa em 2%. O crédito livre apresentou aceleração, saindo de uma taxa de -1,4%, em agosto, para -1,1%, em setembro. Já o crédito direcionado permaneceu estável em relação ao mês anterior. O quadro atual, mesmo num cenário de corte dos juros, mostra que o crédito no Brasil ainda não vem sinalizando forte aceleração. Entre os principais motivos para esse represamento das concessões de empréstimo estão: o *spread* bancário às famílias, que ainda limita a expansão do consumo; a política de desembolso do BNDES, que sinaliza para uma contínua retração no próximo ano; e, a restrição nas concessões de crédito para as empresas.

Em relação à atividade do Distrito Federal, o Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon-DF recuou 1,0% no segundo trimestre deste ano (resultado publicado em setembro/17), registrando a décima taxa negativa consecutiva na série histórica do indicador. O resultado foi influenciado pelas variações negativas dos setores industrial e de serviços (-3,6% e -0,8% respectivamente). O ponto positivo ficou por conta do setor agropecuário que cresceu 5,5% no trimestre analisado. Nesse mesmo período, o IBGE computou crescimento de 0,3% para o PIB trimestral nacional, puxado pela agropecuária que cresceu 14,9%. Os setores da indústria e de serviços apresentaram queda no período de -2,1% e -0,3% respectivamente.

O resultado do segundo trimestre mostrou os efeitos da crise econômica mais presentes na economia da região do que em nível nacional. Ainda que o desempenho da agropecuária tenha sido positivo no período, o resultado final foi pouco influenciado, tendo em vista a baixa participação do setor na economia local (apenas 0,4% da estrutura produtiva). O setor de serviços ditou a dinâmica da atividade econômica brasileira, ao cair 0,8%, com peso de 92,9% na economia do Distrito Federal.

Por fim, estima-se que o PIB do DF deva crescer 1,3% em 2017, segundo estimativas da consultoria econômica LCA Consultores. O resultado tende a ser amparado por uma melhora no poder de compra das famílias, bem como pela alta prevista de 1,4% na renda média real. O avanço da economia distrital deve ser puxado pelo setor de serviços, cuja previsão de expansão é 0,5% (ante perspectiva de -0,3% em 2016). Ademais, observando a expectativa de melhora dos indicadores macroeconômicos - de queda da inflação e dos juros - espera-se que esse conjunto de fatores favoreça a dinâmica da atividade local.

2. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores de Desempenho			
BRB – Múltiplo			
Indicadores	3T2017 (%)	3T2016 (%)	Δp.p.
Retorno sobre o Ativo - ROAA	1,5	1,2	0,3
Retorno sobre Operações de Crédito - RSOC	26,7	26,5	0,2
Retorno sobre o Patrimônio Líquido - RSPL	17,0	13,6	3,4
Custo sobre o Passivo Médio - CPM	7,6	9,4	-1,8
Alocação	52,3	57,1	-4,8

Comentário do Desempenho

Liquidez Corrente	0,88	0,79	0,9
Liquidez Geral	1,10	1,10	0,0
Eficiência Total	73,9	93,3	-19,4
Eficiência Tarifária	24,6	20,6	4,0
Depósitos a Prazo/Depósitos Totais	71,9	72,3	-0,4
Índice de Cobertura da Inadimplência	166,9	134,1	32,8
Inadimplência	2,9	4,3	-1,4
BRB - Consolidado			
Indicadores	3T2017 (%)	3T2016 (%)	Δp.p.
Retorno sobre o Ativo - ROAA	1,5	1,2	0,3
Retorno sobre Operações de Crédito - RSOC	27,8	27,5	0,3
Retorno sobre o Patrimônio Líquido - RSPL	17,0	13,6	3,4
Custo sobre o Passivo Médio - CPM	7,2	8,6	-1,4
Alocação	59,7	64,3	-4,6
Liquidez Corrente	0,81	0,72	0,9
Liquidez Geral	1,11	1,11	0,0
Eficiência Total	62,9	78,8	-15,9
Eficiência Tarifária	37,9	38,8	-0,9
Depósitos a Prazo/Depósitos Totais	70,7	71,1	-0,4
Índice de Cobertura da Inadimplência	156,6	130,4	26,2
Inadimplência	3,0	4,3	-1,3

No terceiro trimestre de 2017, a economia continuou apresentando diversos sinais de melhora, como geração de empregos formais, crescimento do PIB e controle da inflação.

Sob a ótica do Sistema Financeiro Nacional, os bancos seguem adotando medidas restritivas ao crédito por meio do aperfeiçoamento do nível de seletividade na concessão de recursos que financiam a atividade econômica; todavia, observou-se um comportamento de estabilidade, no sentido de encerramento do ciclo de encolhimento das carteiras de crédito das maiores instituições financeiras do país.

Apesar do atual cenário de demanda e de oferta de crédito, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio anualizado do Banco, no terceiro trimestre de 2017, foi de 17,0%, 3,4 pontos percentuais acima da apresentada no terceiro trimestre de 2016.

A melhora da rentabilidade se deu em função do crescimento da margem financeira, com destaque para contenção das despesas, principalmente, despesas de captação e de provisão.

Em relação às operações de crédito do BRB, apesar da redução do volume da carteira, houve aumento do Retorno sobre as Operações de Crédito - RSOC no BRB Múltiplo e BRB Consolidado de 0,2 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente, decorrente da melhor qualidade da carteira de crédito justificada pela redução da inadimplência.

Cabe destacar a redução das despesas da intermediação financeira, quando comparadas ao saldo médio do passivo. Considerando as despesas da intermediação financeira, subtraídas das despesas com provisões, sobre o passivo médio do exercício, observou-se a queda, em 1,8 ponto percentual no BRB Múltiplo e de 1,4 ponto percentual no BRB Consolidado, resultado de reduções dos custos de captação.

Considerando o lucro líquido acumulado nos últimos 12 meses em relação ao saldo médio do ativo, a Rentabilidade sobre o Ativo Médio - ROAA do BRB Múltiplo foi de 1,5% no trimestre, representando crescimento de 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2016.

Comentário do Desempenho

Dado o cenário restrito ao crédito e a baixa necessidade de *funding* para as operações, o indicador de Liquidez Geral manteve-se estável. A estabilidade do índice evidencia que a evolução dos ativos e passivos ocorre de forma equilibrada e sustentável, preservando a solidez da estrutura patrimonial. Com relação à Liquidez Corrente, observou-se aumento da capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Mais detalhes acerca do desempenho e dos indicadores do período, encontram-se no Relatório de Desempenho, disponível no sítio de Relações com Investidores do BRB, no endereço <http://ri.brb.com.br>.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Ativo

Ativo (R\$ milhões)					
BRB - Múltiplo					
Patrimonial	30.09.17	30.06.17	31.12.16	Δ%3m*	Δ%9m*
Ativo Total	13.781	13.421	13.356	2,7	3,2
Operações de Crédito (Bruto)	7.570	7.922	8.102	-4,4	-6,6
Provisões	359	442	438	-18,7	-18,0
Provisões/Op. Crédito (Bruto)	4,7%	5,6%	5,4%	-	-
Operações de Crédito (Líquido)	7.211	7.480	7.664	-3,6	-5,9
TVM e Aplicações Interfinanceiras	3.514	3.029	3.010	16,0	16,7
BRB - Consolidado					
Patrimonial	30.09.17	30.06.17	31.12.16	Δ%3m*	Δ%9m*
Ativo Total	13.988	13.635	13.564	2,6	3,1
Operações de Crédito (Bruto)	8.768	9.139	9.358	-4,1	-6,3
Provisões	413	500	501	-17,5	-17,7
Provisões/Op. Crédito (Bruto)	4,7%	5,5%	5,4%	-	-
Operações de Crédito (Líquido)	8.356	8.639	8.857	-3,3	-5,7
TVM e Aplicações Interfinanceiras	2.619	2.091	1.988	25,3	31,8

* Valores calculados com base de referência R\$ mil.

Os ativos totais do BRB Múltiplo cresceram 2,7% em três meses e 3,2% em nove meses. Quando considerados os ativos totais do BRB Consolidado, observou-se crescimento de 2,6% em três meses e de 3,1% em nove meses. A variação decorreu do aumento do saldo de relações interfinanceiras e aplicações de liquidez.

A carteira de crédito do Banco antes das provisões, apresentou redução de 4,4% no BRB Múltiplo e de 4,1% no BRB Consolidado em três meses. Em nove meses, reduziu 6,6% e 6,3%, respectivamente. Cabe ressaltar que a variação decorreu da estabilidade da demanda por crédito no segmento de pessoa física, e pela redução da carteira no segmento de pessoa jurídica, em 17,7% no trimestre, tanto no BRB Consolidado como no BRB Múltiplo.

Considerando o saldo da carteira líquida das provisões, houve retração de 3,6% no BRB Múltiplo e de 3,3% no BRB Consolidado em três meses. Em nove meses, a redução foi de 5,9% e 5,7, respectivamente.

O estoque de provisões reduziu em decorrência da queda da inadimplência, para 2,9% no BRB Múltiplo e em 3,0% no BRB Consolidado, inferior aos 3,6% de inadimplência apresentados pelo Sistema Financeiro Nacional. A carteira de pessoa física, que corresponde a 87,5% das operações de crédito totais, encerrou o trimestre com 1,4% de inadimplência.

Os ativos de tesouraria representados pelos Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras apresentaram crescimento relevante no período, em decorrência da estratégia do Banco de atuar por meio de tais instrumentos como fonte de receitas adicionais às operações de crédito.

Comentário do Desempenho

3.2. Passivo

Passivo (R\$ milhões)					
BRB - Múltiplo					
Patrimonial	30.09.17	30.06.17	31.12.16	Δ%3m*	Δ%9m*
Passivos Totais	12.524	12.213	12.182	2,6	2,8
Depósitos Totais	9.229	8.919	8.990	3,5	2,7
Depósitos a Prazo	6.634	6.519	6.246	1,8	6,2
Depósitos a Prazo/Depósitos Totais	71,9%	73,1%	69,5%	-	-
Patrimônio Líquido	1.256	1.209	1.174	3,9	7,0
BRB - Consolidado					
Patrimonial	30.09.17	30.06.17	31.12.16	Δ%3m*	Δ%9m*
Passivos Totais	12.590	12.287	12.251	2,5	2,8
Depósitos Totais	8.854	8.546	8.590	3,6	3,1
Depósitos a Prazo	6.261	6.149	5.865	1,8	6,7
Depósitos a Prazo/Depósitos Totais	70,7%	71,9%	68,3%	-	-
Patrimônio Líquido	1.256	1.209	1.174	3,9	7,0

* Valores calculados com base de referência R\$ mil.

Os passivos totais do BRB Múltiplo cresceram 2,6% em três meses e 2,8% em nove meses. No BRB Consolidado, o crescimento no trimestre foi de 2,5% e de 2,8%, respectivamente.

Observa-se que o percentual de depósitos a prazo com relação ao total de depósitos manteve-se praticamente estável, em consequência da estratégia adotada capaz de atender satisfatoriamente todas as necessidades legais, da carteira de crédito e de oportunidades de mercado, em níveis de custo e de risco reduzidos e controlados. Vale destacar que as operações de crédito do BRB são totalmente financiadas pelas captações de varejo, que são menos onerosas e pulverizadas.

No que tange o patrimônio líquido do Banco, houve aumento de 3,9% em três meses e de 7,0% em nove meses, em decorrência da elevação dos resultados obtidos nos respectivos períodos.

3.3. Resultados

Composição do Resultado (R\$ milhões)						
BRB - Múltiplo						
Resultado	3T2017	3T2016	Δ%*	9M2017	9M2016	Δ%*
Receita da Int. Financeira	607	658	-7,6	1.848	1.994	-7,4
Despesa da Int. Financeira	-232	-365	-36,5	-864	-1.104	-21,7
Resultado Bruto	375	292	28,4	983	891	10,4
Outras Receitas/Despesas	-264	-154	70,9	-749	-708	5,8
Resultado Operacional	112	138	-19,1	234	183	28,0
Lucro Líquido	71,6	111,6	-35,8	162,1	153,0	6,0
BRB - Consolidado						
Resultado	3T2017	3T2016	Δ%*	9M2017	9M2016	Δ%*
Receita da Int. Financeira	686	728	-5,8	2.088	2.206	-5,3
Despesa da Int. Financeira	-231	-384	-39,7	-845	-1.152	-26,6
Resultado Bruto	454	344	32,1	1.243	1.054	17,9
Outras Receitas/Despesas	-316	-183	72,5	-909	-799	13,8
Resultado Operacional	139	161	-13,9	334	256	30,5
Lucro Líquido	71,6	111,6	-35,8	162,1	153,0	6,0

* Valores calculados com base de referência R\$ mil.

A receita da intermediação financeira apresentou redução no período, em decorrência da variação das receitas de operações de crédito, tendo em vista a queda da demanda por crédito e da reprecificação dos ativos em função da queda das taxas de juros. Entretanto, em termos de desempenho, conforme exposto no

Comentário do Desempenho

item 2, o aumento da relação das receitas sobre o saldo da carteira, demonstrou ganho de rentabilidade sobre as operações de crédito.

O resultado de tesouraria com títulos e valores mobiliários teve variação negativa decorrente da redução das taxas de remuneração do mercado.

Destaca-se nos períodos analisados, a variação positiva do resultado bruto da intermediação financeira, tanto no BRB Consolidado quanto no BRB Múltiplo. O ganho de margem resultou, principalmente, dos esforços na redução dos custos de captação por meio de operações menos onerosas, com agentes financiadores pulverizados e capazes de oferecer níveis adequados de solvência ao Banco.

Outro fato a se destacar na despesa da intermediação financeira é a queda das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa da ordem de 55,9% no BRB Múltiplo e de 61,2% no BRB Consolidado, em relação ao terceiro trimestre de 2016. Considerando o acumulado em nove meses, a redução foi de 23,6% no BRB Múltiplo e de 38,9% no BRB Consolidado.

A redução nas provisões é consequência da melhora na qualidade das operações e da recuperação de valores em atraso, além do esforço contínuo no acompanhamento das operações ativas.

Considerando a redução das receitas em patamares inferiores à redução das despesas, com consequente ganho de margem financeira, o lucro líquido do terceiro trimestre de 2017 foi inferior em relação ao mesmo período do ano passado, devido a redução de mais de 81% em outras receitas operacionais, no entanto, no resultado acumulado em nove meses houve crescimento de 6,0%.

4. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

4.1. Gestão do Capital

4.1.1. Índice de Basileia

Gestão do Capital				
	30.09.17	30.06.17	31.03.17	31.12.16
Índice de Basileia	15,48%	15,14%	15,41%	15,26%
Capital de Nível I (R\$ milhões)	1.062	1.033	1.050	1.079
Capital de Nível II (R\$ milhões)	330	361	387	386

O Banco gerencia o capital regulamentar pautado nas diretrizes do acordo de Basileia III. Em janeiro de 2015, entrou em vigência o cálculo dos requerimentos mínimos de capital do Conglomerado Prudencial, composto pelo Banco Múltiplo, BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Cartão BRB S.A. e Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

O principal indicador de gestão do nível do capital do BRB é o índice de Basileia, calculado por meio da relação entre Capital (Patrimônio de Referência - PR) e o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

O Patrimônio de Referência - PR, composto pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II, com as deduções previstas em norma específica, atingiu o montante de R\$ 1,39 bilhão em setembro de 2017, reduzindo 2,24% (R\$ 31,92 milhões) em relação ao mesmo período de 2016.

Já o montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (somatório das parcelas referentes ao risco de crédito, mercado e operacional), em setembro de 2017, foi

Comentário do Desempenho

de aproximadamente R\$ 8,99 bilhões, decrescendo 6,68% (R\$ 0,64 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao arrefecimento do crédito.

Como forma de garantir a solidez e o crescimento dos negócios do BRB, é realizado monitoramento constante da necessidade de capital frente às exposições aos riscos inerentes, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) e do Plano de Capital Quinquenal.

Em setembro de 2017, o índice registrado para o Conglomerado Prudencial foi de 15,48%, apresentando um crescimento de 0,70 ponto percentual em relação a setembro de 2016.

Com isso, no terceiro trimestre de 2017, o BRB supera em 4,98 pontos percentuais o mínimo de 10,5% exigido para o cumprimento dos requisitos de capital impostos pelo órgão regulador.

4.1.2. Capacidade de Alavancagem

Em outubro de 2015 passou a vigorar a Circular Bacen nº 3.748/2015, que normatiza a apuração da Razão de Alavancagem – RA, definida como a razão entre o Capital Nível I (capital de maior qualidade) e o total de exposições da instituição.

Esse indicador é complementar ao requerimento mínimo de capital já existente no arcabouço prudencial. O foco primordial é evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e o conseqüente aumento do risco sistêmico, que podem gerar impactos indesejáveis sobre a economia.

A Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial no 3º trimestre 2017 foi de 6,92%. A proposta de requerimento mínimo internacional está em 3%, entretanto, o Comitê de Basileia ainda não definiu o requerimento para a RA, o que deve ocorrer até 2018, com base nas informações obtidas das instituições financeiras.

4.1.3. Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização mede a relação entre o ativo permanente da instituição e o seu Patrimônio de Referência – PR. O Banco Central fixou um limite máximo de 50% do PR ajustado sob a forma de ativo permanente.

Em setembro de 2017, o índice de imobilização registrado para o Conglomerado Prudencial BRB foi de 13,46%, contra os 14,16% apresentados em setembro de 2016.

4.2. Gestão de Riscos

O Banco de Brasília S.A dispõe de políticas, normas e procedimentos para o gerenciamento dos seus riscos e do capital. Estes instrumentos estabelecem diretrizes de atuação estabelecidas pela Alta Administração e estão alinhados aos objetivos estratégicos da instituição, em conformidade com a regulamentação específica.

As subsidiárias integrais do Banco (BRB DTVM e Financeira BRB) seguem as políticas de gestão de riscos estabelecidas pelo BRB Banco Múltiplo, por meio de termos de adesão, enquanto que as demais empresas controladas elaboram suas próprias normas à luz das diretrizes estabelecidas pelo Banco.

O processo de gestão de riscos no BRB encontra-se disponível no sítio de Relações com Investidores (<http://ri.brb.com.br>), no link "Relatório de Gestão de Riscos".

Comentário do Desempenho

Com o intuito de garantir a efetividade da gestão dos riscos e do capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecer e praticar controles internos que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Destaca-se nesta estrutura a Superintendência de Risco Institucional, que trata do planejamento de capital e controle do riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, reputacional, de imagem e do socioambiental, a fim de promover e viabilizar o controle dos riscos e a apuração da necessidade de capital das atividades da organização.

4.2.1. Risco de Mercado

O risco de mercado do Conglomerado BRB é identificado, mensurado, monitorado e reportado diariamente pela área de risco, onde todas as posições de mercado são mapeadas e avaliadas.

Nesse processo, o Banco avalia a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição – também para a definição de limites de exposição – de forma segregada para as carteiras *trading* e *banking*. Dentre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se o cálculo do Valor em Risco (VaR), a realização de análises de sensibilidade e de testes de estresse, além da reavaliação trimestral do modelo, via *backtesting*.

4.2.1.1. Valor em Risco (VaR)

Value at Risk (R\$ mil) – Trading book			
BRB – Consolidado			
	3T2017	2T2017	3T2016
VaR médio no trimestre	603	846	651
VaR mínimo no trimestre	444	579	537
VaR máximo no trimestre	867	1.254	797

O VaR médio da carteira *trading* para o horizonte de tempo de um dia útil e com grau de confiança de 99% reduziu mais de 28% em relação ao trimestre anterior. O VaR máximo diminuiu 30% enquanto que o VaR mínimo teve queda de 23%, demonstrando redução da volatilidade no período em função, principalmente, da melhora dos índices econômicos brasileiros - a médio e longo prazos.

Value at Risk (R\$ milhões) – Banking Book			
BRB – Consolidado			
	3T2017	2T2017	3T2016
VaR médio no trimestre	94	150	56
VaR mínimo no trimestre	48	45	31
VaR máximo no trimestre	190	331	83

Apesar do aumento da posição na carteira, houve uma redução do VaR médio em relação ao trimestre anterior da ordem de 37%, em decorrência, principalmente, da movimentação da curva dos juros futuros. O VaR dessa carteira é calculado com horizonte de tempo de dez dias.

Comentário do Desempenho

4.2.1.2. Análise de sensibilidade e aplicação de cenário extremo

No terceiro trimestre de 2017, os resultados da análise de sensibilidade para carteira de negociação configuraram ganho com o cenário projetado. O resultado é adverso em relação à perda obtida no trimestre anterior. Essa variação resultou da modificação das perspectivas em relação aos índices econômicos, com projeção de alta dos índices atrelados à inflação. Em caso de estresse, o resultado apresentou possibilidade de perda superior à calculada em junho de 2017.

No que se refere à aplicação do cenário projetado, considerando a diminuição de projeção da taxa pré, o impacto mais significativo para a carteira *banking* foi relacionado às operações prefixadas. A partir da aplicação dos parâmetros previstos no cenário estressado foi percebido, também, um aumento da perda prevista.

4.2.1.3. Backtesting

O *backtesting* dos modelos aplicados aos *books trading* e *banking* foi validado, contendo um número de exceções dentro das expectativas previstas tanto nos Testes de *Kupiec* quanto na avaliação de Basileia.

4.2.2. Risco de Liquidez

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras do Conglomerado BRB. Esse processo de gestão prevê, dentre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez suficientes para a absorção de perdas em cenários de estresse, mensurados via metodologia interna, que por sua vez é baseada nas regulamentações previstas pela Circular Bacen nº 3.749/2015 e pela Resolução CMN nº 4.401/2015.

A gestão do risco de liquidez é realizada por meio de projeções dos indicadores de gestão do risco de liquidez (reserva mínima de liquidez – RML, índice de liquidez de curto prazo – ILCP e fluxo de caixa projetado), dos testes de estresse, de simulações de movimentações financeiras relevantes para prever antecipadamente seu impacto na gestão do risco de liquidez e de *backtestings* trimestrais do modelo.

4.2.3. Risco Operacional

Acolhimento de perdas operacionais: as perdas são lançadas em sistema que constitui a base única de registro. Essas perdas são consolidadas em relatórios mensais e levadas à apreciação do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos. O sistema utilizado para o acolhimento é o Gerenciamento do Risco Operacional que possibilita a classificação das perdas segundo os grupos de eventos descritos no Art. 2º na Resolução CMN 3.380/2006.

O sistema está disponível em todas as unidades do Banco e permite o registro e contabilização diária dos eventos ocorridos. Os relatórios gerados com as informações do sistema permitem o acompanhamento dos eventos de maior frequência e severidade para que sejam tratadas as causas das perdas.

Realização de mapeamento de riscos em processos: esta ferramenta possui metodologia específica para mapeamento dos riscos operacionais nos processos da instituição. Após a finalização do mapeamento, tem-se a matriz de riscos do processo, na qual estão descritos os riscos operacionais identificados e avaliados.

Acompanhamento de Indicadores Chaves de Risco: são utilizados como instrumentos gerenciais de monitoramento da exposição a riscos que possam gerar perdas operacionais significativas para a instituição. Esses indicadores são

Comentário do Desempenho

consolidados em relatórios mensais, e levados à apreciação do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

A gestão do risco por meio das ferramentas utilizadas pelo BRB permite a diminuição dos riscos e das perdas operacionais, bem como das sanções impostas pelos órgãos reguladores. Assim, por meio dos relatórios mensais de Risco Operacional, que apresentam as informações a respeito das perdas e dos Indicadores Chaves de Risco, dos últimos 12 meses, são deliberadas ações a serem tomadas para diminuir os riscos e as perdas relevantes.

Os mapeamentos de riscos operacionais em processos críticos também geram relatórios apreciados pelo Comitê e, posteriormente, podem ser abertos planos de ações para mitigar riscos classificados como altos ou extremos.

4.2.4. Risco de Crédito

Os relatórios gerenciais de risco incluem, ainda, os indicadores de volume de crédito, de provisão e de inadimplência, pré-inadimplência, índice de provisão, taxa de inadimplência, índice de cobertura, rating das operações de crédito, operações não performadas, e monitoramento das operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte do Banco Múltiplo, da Financeira BRB, BRB DTVM e da BRBCARD. Esses relatórios são enviados ao Comitê de Risco de Crédito – COMRC para conhecimento e possíveis deliberações, com o objetivo de gerenciamento risco de crédito do Conglomerado Prudencial BRB.

Trimestralmente, é realizado teste de estresse para risco de crédito, com o objetivo de verificar o impacto de simulações de estresse, quais sejam: inadimplência, provisão e índice de cobertura – em nível gerencial – da carteira de crédito do banco, cujos resultados são considerados quando do estabelecimento ou revisão das políticas e limites.

A aplicação do teste de estresse para a parcela legal é disponibilizada semestralmente no Relatório de Teste de Estresse e Avaliação de Impacto no Capital.

4.2.5. Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental no BRB é tema que perpassa toda a Instituição, abrangendo desde a educação financeira de nossos empregados e clientes até a concessão consciente de crédito.

A análise de sensibilidade da Instituição aos riscos socioambientais e a avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços são práticas institucionalizadas e que demonstram a relevância do tema para o BRB.

4.2.6. Política de Risco Reputacional

A Política de Gestão do Risco Reputacional e de Imagem do BRB visa garantir a preservação e valorização da marca BRB.

A partir dessa política foram criados mecanismos que buscam avaliar os impactos dos relacionamentos, que o BRB possa vir a estabelecer, na credibilidade e confiança da Instituição perante suas partes relacionadas.

O estabelecimento de políticas e processos voltados à análise desse tema demonstra a preocupação do Banco com a qualidade, transparência, veracidade,

Comentário do Desempenho

equidade e a tempestividade na prestação de informações a todos os públicos com os quais o Banco se relaciona, bem como com a perenidade da Instituição.

4.3. Controles Internos e Conformidade

No terceiro trimestre, a unidade responsável pelos processos de Controles Internos e de Compliance do BRB atuou em consonância com as diretrizes da Política de Controles Internos e Conformidade e demais normas institucionais que regulamentam as atividades, garantindo o alinhamento dos processos internos.

Nesse período, foi iniciada a expansão do Sistema SCO (Calendário de Obrigações) para todas as unidades do Banco e suas empresas subsidiárias, BRB DTVM e BRB CFI, com previsão de conclusão até o final do exercício. A ferramenta visa auxiliar o gestor a controlar as obrigações legais da dependência e permite o monitoramento centralizado do seu cumprimento pela área de controles internos e conformidade da Instituição. Além disso, a utilização do sistema ganhou relevância com a edição da Medida Provisória 784/2017, que estabeleceu punições mais rígidas às instituições financeiras perante o Banco Central, em caso de atraso ou de descumprimento de obrigações legais.

A Diretoria de Risco e Controladoria atuou na avaliação de processos críticos/estratégicos da instituição, conforme cronograma de trabalho, demandando os responsáveis a promover ações para tratar as fragilidades identificadas. Essas ações corretivas são acompanhadas por meio do Sistema de Gestão de Planos de Ação - GPA e são reportadas periodicamente à Alta Administração e aos órgãos que integram o ambiente de governança.

O BRB concluiu a avaliação das mudanças necessárias na estrutura de gerenciamento de riscos e na estrutura de gerenciamento de capital do Conglomerado Prudencial, com vistas a atender à Resolução 4.557 (GIR), de 23/2/2017. Esse trabalho resultou na abertura de planos de ação pelas unidades envolvidas, os quais estão sendo acompanhados, mensalmente, pela unidade de controles internos, de forma a garantir as adequações necessárias até 23/2/2018, quando a norma entrará em vigor.

Por fim, a Instituição está desenvolvendo estudos e revisando os procedimentos internos com a finalidade de se adequar às exigências previstas na Resolução 4.595, de 28/8/2017, que trata da Política de Compliance.

Assim, o desempenho das atividades de controles internos e de conformidade do BRB garantiu normalidade ao ambiente de negócios e possibilitou que os riscos inerentes às atividades da Instituição fossem identificados e administrados adequadamente.

5. GUIDANCE

O *Guidance* possui projeções, para o ano de 2017, baseadas nas premissas adotadas pela Administração e nas informações disponíveis no mercado.

Guidance 2017	
Rubricas/Indicadores	Projetado 2017
Crescimento da Carteira de Crédito PF	2% a 6%
Crescimento do Crédito Imobiliário	6% a 10%
Captações	4% a 8%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (RSPLm)	10% a 14%
Índice de Inadimplência	3,2% a 4,2%

Comentário do Desempenho

De acordo com dados divulgados pelo Banco Central há melhora no crédito destinado a pessoas físicas ao longo do ano de 2017. Os dados reforçam as sinalizações do mercado, que mantém a perspectiva de retomada do crédito ainda em 2017.

No que se refere às captações, as projeções estão ancoradas no comportamento esperado para a carteira de crédito e consequente necessidade de *funding*.

Para o cenário de inadimplência, a melhora dos indicadores econômicos do país sustenta a expectativa de um arrefecimento no nível de atrasos, com maior nível de confiança dos agentes econômicos.

Diante da expectativa de melhora, que vem se confirmando na economia, o BRB acredita que a previsão de um bom desempenho em 2017 permanece.

Considerando, por fim, as projeções e cenários internos e externos, a Administração ratifica o *Guidance* para 2017 e mantém suas expectativas de melhora na economia local e nacional.

6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO TRIMESTRE

Estrutura de Atendimento				
	30.09.17	30.06.17	31.03.17	31.12.16
Agências DF	118	120	120	119
Agências Outros Estados	8	8	8	8
Correspondentes	152	161	165	195
Pontos de Autoatendimento Próprios	664	673	679	761
Pontos de Autoatendimento Compartilhados				49.958

Transações por Tipo de Canal (milhares)				
	3T2017	2T2017	1T2017	4T2016
Canais Físicos	9.505	10.059	9.757	11.152
Canais Digitais	33.516	31.978	31.507	27.815

Colaboradores				
	30.09.17	30.06.17	31.03.17	31.12.16
Funcionários	3.122	3.168	3.180	3.185
Terceirizados	569	938	965	1.017
Jovem Aprendiz e Estagiários	579	546	587	524
Total	4.270	4.652	4.732	4.726

Carteira de Clientes (milhares)				
	30.09.17	30.06.17	31.03.17	31.12.16
Correntistas Ativos	321	353	350	345
Físicas	294	324	321	316
Jurídicas	25	28	28	28
Governo	2	1	1	1
Contas de Poupança	289	284	282	277

7. INFORMAÇÕES LEGAIS

Conforme disposto no art. 8º da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Atendendo à Instrução n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco adota a política de que os auditores não devem auditar o próprio trabalho, bem como o fato de que a auditoria externa não deve exercer

Comentário do Desempenho

funções gerenciais e tampouco promover os interesses de seu cliente. As empresas do Conglomerado BRB, para as quais a Ernst & Young Auditores Independentes realizou serviços de auditoria externa, são: BRB - Banco de Brasília S.A.; BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.; BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Cartão BRB S.A.; BRB - Administradora e Corretora de Seguros S.A.; BSB - Participações S.A.; e BSB - Administradora de Ativos S.A.

De acordo com o art. 243, da Lei 6.404/76 e suas alterações, o BRB informa que o valor total dos seus investimentos em Controladas e Coligadas é de R\$ 426,6 milhões, conforme detalhado na nota explicativa n.º 13.

8. AGRADECIMENTOS

O Banco de Brasília agradece a confiança e a fidelidade de seus clientes, o apoio da população do Distrito Federal, o trabalho e a dedicação de seus colaboradores – empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores – e a orientação segura de seus acionistas. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e Rel. com
Investidores

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretor de Crédito e Clientes

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e
Administração

Marco Aurélio Monteiro de Castro
Diretor de Risco e Controladoria

Carlos Vinícius Raposo Machado Costa
Diretor de Serviços e Produtos

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
 CNPJ: 00.000.208/0001-00
 SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30.09.2017 E 31.12.2016
 (em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	BRB - MÚLTIPLO		BRB - CONSOLIDADO	
		30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		6.395.445	5.872.356	6.207.922	5.659.453
DISPONIBILIDADES	4	163.250	178.496	163.573	178.822
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	2.242.727	1.749.587	1.208.187	592.956
Aplicações no mercado aberto		977.599	430.959	977.599	430.959
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.265.128	1.318.628	230.588	161.997
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	426.439	470.049	511.687	592.024
Carteira própria		185.069	134.987	270.317	256.962
Vinculados a compromissos de recompra		140.357	333.405	140.357	333.405
Vinculados ao Banco Central		23.554	-	23.554	-
Vinculadas a prestação de garantias		77.459	1.657	77.459	1.657
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		579.000	351.947	579.457	352.370
Pagamentos e recebimentos a liquidar		16.535	15	16.535	15
Créditos vinculados:					
Depósitos no Banco Central		562.238	351.932	562.695	352.355
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		227	-	227	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		27.447	701	27.447	701
Transferências internas de recursos		27.447	701	27.447	701
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	2.501.466	2.733.981	2.893.352	3.143.926
Operações de crédito:					
Setor público			121		121
Setor privado		2.665.495	2.928.879	3.085.118	3.370.393
(Provisões para operações de créditos)		(164.029)	(195.019)	(191.766)	(226.588)
OUTROS CRÉDITOS		453.956	386.683	822.111	796.230
Rendas a receber	9a	16.757	30.628	13.642	13.927
Negociação e intermediação de valores		-	-	26	-
Créditos tributários (diferido)	10	289.981	243.928	329.516	301.950
Créditos de usuários (BRBCard)	8d	-	-	376.815	446.108
Diversos	9b	148.381	113.290	132.841	91.604
(Provisões para outros créditos)	9c	(1.163)	(1.163)	(30.729)	(57.359)
OUTROS VALORES E BENS		1.160	912	2.108	2.424
Outros valores e bens	12	821	894	1.219	1.351
Despesas antecipadas		339	18	889	1.073
NÃO CIRCULANTE		7.385.193	7.483.788	7.780.343	7.904.879
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	844.509	790.308	899.490	803.089
Carteira própria		760.485	562.366	815.466	575.147
Vinculados ao Banco Central		31.405	84.212	31.405	84.212
Vinculados a prestação de garantias		52.619	143.730	52.619	143.730
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		89.136	86.417	90.067	86.417
Créditos vinculados:					
Depósitos no Banco Central			86.416	931	
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	7b	89.136	86.417	89.136	86.417
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	4.709.628	4.930.205	5.462.370	5.713.164
Operações de crédito:					
Setor público			61		61
Setor privado		4.904.731	5.173.288	5.683.215	5.987.582
(Provisões para operações de créditos)		(195.103)	(243.144)	(220.845)	(274.479)
OUTROS CRÉDITOS		922.436	980.501	957.354	1.006.974
Rendas a Receber	9a		67		67
Créditos específicos		5.236	5.764	5.236	5.764
Créditos tributários (diferido)	10	260.029	298.658	277.872	312.449
Créditos de usuários (BRBCard)	8d	-	-	9.214	8.584
Diversos	9b	657.171	676.012	666.072	684.219
(Provisões para outros créditos)	9c			(1.040)	(4.109)
OUTROS VALORES E BENS		129.349	93.013	137.199	108.058
Outros valores e bens	12	133.192	94.722	133.192	94.722
Despesas antecipadas			1.096	7.850	16.141
(Provisões para desvalorizações)		(3.843)	(2.805)	(3.843)	(2.805)
INVESTIMENTOS		480.797	433.616	2.623	2.617
Participações em coligadas e controladas no país	13	478.276	431.101		
Outros investimentos		2.521	2.515	2.623	2.617
IMOBILIZADO DE USO	14	54.020	60.455	69.476	72.630
Imóveis de uso		54.989	54.989	63.434	63.434
Outras imobilizações de uso		105.410	104.635	126.070	120.529
(Depreciações acumuladas)		(106.379)	(99.169)	(120.028)	(111.333)
INTANGÍVEL	15	155.318	109.273	161.764	111.930
Ativos intangíveis		229.983	159.539	243.129	167.880
(Amortizações acumuladas)		(74.665)	(50.266)	(81.365)	(55.950)
TOTAL		13.780.638	13.356.144	13.988.265	13.564.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
 CNPJ: 00.000.208/0001-00
 SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30.09.2017 E 31.12.2016
 (em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA	BRB - MÚLTIPLO		BRB - CONSOLIDADO	
		30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		7.248.918	7.407.222	7.544.056	7.754.179
DEPÓSITOS	16	5.769.563	5.923.113	5.635.785	5.812.334
Depósitos à vista		698.041	883.165	692.764	878.566
Depósitos de poupança		1.675.757	1.625.891	1.675.757	1.625.891
Depósitos interfinanceiros		221.755	234.634	221.755	219.031
Depósitos a prazo		3.174.010	3.179.423	3.042.643	3.087.365
Outros depósitos		-	-	2.866	1.481
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	17	776.792	601.420	771.430	592.697
Carteira própria		140.008	333.088	139.518	332.364
Carteira de terceiros		636.784	268.332	631.912	260.333
RECURSOS DE LETRAS HIPOTECÁRIAS, IMOBILIÁRIAS, DE CRÉDITO E SIMILARES	18	244.877	504.048	244.877	504.048
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		31.804	6	31.804	6
Recebimentos e pagamentos a liquidar		31.804	6	31.804	6
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		65	270	65	270
Recursos em trânsito de terceiros		65	270	65	270
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		-	421	-	421
Empréstimos no exterior		-	421	-	421
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	19	47.284	55.902	47.284	55.902
Tesouro Nacional		193	187	193	187
Banco do Brasil		13.135	15.683	13.135	15.683
BNDES		10.095	12.953	10.095	12.953
CEF		-	121	-	121
Finame		23.861	26.958	23.861	26.958
OUTRAS OBRIGAÇÕES		378.533	322.042	812.811	788.501
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		87.565	7.124	87.909	7.562
Carteira de câmbio		31	2	31	2
Sociais e estatutárias		118	5.836	2.994	14.613
Fiscais e previdenciárias	20a	45.129	37.659	77.153	62.102
Negociação e intermediação de valores		-	-	11	-
Recursos para destinação específica		418	-	418	-
Fundos financeiros e de desenvolvimento		-	42	-	42
Obrigações atuariais CVM 695/2012	28	28.869	23.407	28.869	23.407
Provisões	21	29	10.228	2.215	12.763
Diversas	20c	216.374	237.744	613.211	668.010
NÃO CIRCULANTE		5.275.339	4.774.766	5.045.694	4.496.646
DEPÓSITOS	16	3.459.712	3.066.451	3.218.168	2.777.777
Depósitos a prazo		3.459.712	3.066.451	3.218.168	2.777.777
RECURSOS DE LETRAS HIPOTECÁRIAS, IMOBILIÁRIAS, DE CRÉDITO E SIMILARES	18	86.881	125.150	86.881	125.150
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	19	187.588	213.570	187.588	213.570
Tesouro Nacional		1.393	1.327	1.393	1.327
Banco do Brasil		38.135	39.632	38.135	39.632
BNDES		64.204	75.098	64.204	75.098
CEF		-	61	-	61
Finame		83.856	97.452	83.856	97.452
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.541.158	1.369.595	1.553.057	1.380.149
Sociais e estatutárias		-	-	1.348	1.095
Fiscais e previdenciárias	20a	35.215	28.458	35.220	28.458
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	20b	165.605	152.959	165.605	152.959
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20b	444.784	406.239	444.784	406.239
Obrigações atuariais CVM 695/2012	28	285.089	263.326	285.089	263.326
Provisões	21	540.830	517.958	550.823	526.930
Diversas	20c	69.635	655	70.188	1.142
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	1.256.381	1.174.156	1.256.381	1.174.156
Capital:					
De domiciliados no país		860.500	860.500	860.500	860.500
Aumento de capital		39.500	39.500	39.500	39.500
Reservas de lucros		446.469	438.068	446.469	438.068
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	6b.2	(2.756)	(4.489)	(2.756)	(4.489)
Outros ajustes de avaliação patrimonial - passivo atuarial		(158.962)	(159.423)	(158.962)	(159.423)
Lucros/(prejuízos) acumulados		71.630	-	71.630	-
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	142.134	139.351
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA		1.256.381	1.174.156	1.398.515	1.313.507
TOTAL		13.780.638	13.356.144	13.988.265	13.564.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
 CNPJ: 00.000.208/0001-00
 SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 30.09.2017 E 30.09.2016
 (em milhares de Reais)

	NOTA	BRB - MÚLTIPLO			BRB - CONSOLIDADO		
		3ºTrimestre	30.09.2017	3ºTrimestre	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		607.445	1.847.682	657.675	1.994.450	2.088.146	2.205.948
Operações de crédito		518.885	1.567.816	543.426	1.655.771	1.888.911	1.963.074
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		79.057	253.886	107.093	315.978	173.254	220.173
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	2	59	-	59
Resultado de operações de câmbio		498	2.400	753	1.962	2.400	1.962
Resultado de aplicações compulsórias		9.005	23.580	6.401	20.680	23.581	20.680
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(232.045)	(864.417)	(365.316)	(1.103.845)	(845.161)	(1.151.546)
Operações de captações no mercado		(196.967)	(676.697)	(285.678)	(855.281)	(645.528)	(823.079)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(929)	(2.899)	(2.190)	(6.547)	(2.899)	(6.547)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8e	(34.149)	(184.821)	(77.448)	(242.017)	(196.734)	(321.920)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		375.400	983.265	292.359	890.605	1.242.985	1.054.402
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(263.578)	(749.141)	(154.192)	(707.751)	(909.164)	(798.584)
Receitas de prestação de serviços	22a	5.651	17.724	6.293	19.447	138.534	134.428
Rendas de tarifas bancárias	22b	43.318	122.037	34.028	102.917	119.208	117.818
Despesas de pessoal	22c	(198.810)	(575.528)	(196.124)	(594.916)	(635.441)	(651.252)
Outras despesas administrativas	22d	(114.693)	(331.905)	(114.179)	(329.448)	(345.635)	(350.941)
Despesas tributárias		(24.285)	(70.632)	(22.027)	(68.640)	(104.706)	(98.237)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	22.619	79.256	12.883	46.425	-	-
Outras receitas operacionais	22e	30.660	106.923	166.123	241.198	93.128	258.456
Outras despesas operacionais	22f	(28.038)	(97.016)	(41.189)	(124.734)	(174.252)	(208.856)
RESULTADO OPERACIONAL		111.822	234.124	138.167	182.854	333.821	255.818
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22g	1.246	(641)	(1.056)	(8.849)	(1.058)	(8.976)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		113.068	233.483	137.111	174.005	332.763	246.842
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(30.118)	(46.315)	(9.462)	1.834	(119.025)	(45.714)
Provisão para imposto de renda	11	(10.659)	(17.675)	(10.483)	(13.396)	(52.236)	(45.610)
Provisão para contribuição social	11	(9.115)	(15.053)	(8.951)	(11.838)	(38.827)	(33.652)
Ativo fiscal diferido		(10.344)	(13.587)	9.972	27.068	(27.962)	33.548
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(11.320)	(25.059)	(16.097)	(22.848)	(32.275)	(29.889)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	-	-	(19.354)	(18.248)
LUCRO LÍQUIDO		71.630	162.109	111.552	152.991	162.109	152.991
N.º DE AÇÕES		36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)		1,9730	4,4652	3,0727	4,2141	4,4652	4,2141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
 CNPJ: 00.000.208/0001-00
 SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30.09.2017 E 30.09.2016
 (em milhares de Reais)

	BRB - MÚLTIPLO		BRB - CONSOLIDADO	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO	162.109	152.991	162.109	152.991
Depreciações e amortizações	33.278	26.636	36.285	28.761
Provisões para operações de crédito	184.821	242.017	196.734	321.920
Provisões para contingências	35.136	(53.186)	36.511	(45.579)
Provisão para perdas/desvalorizações	641	(230)	1.059	(230)
Créditos tributários	(667)	(59.309)	13.773	(65.788)
Resultados participação coligadas e controladas	(79.256)	(46.425)	-	-
Outros ajustes	190	3.021	190	2.971
Lucro ajustado	336.252	265.515	446.661	395.046
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(63.011)	106.772	(63.011)	106.772
Títulos e valores mobiliários	(9.048)	(253.024)	(19.735)	(211.188)
Relações interfinanceiras e interdependências	(224.925)	123.026	(225.890)	122.617
Operações de crédito	268.271	(146.221)	337.292	(313.806)
Outros créditos	(1.784)	27.916	(15.930)	8.174
Outros valores e bens	1.241	1.171	8.582	7.226
Outras obrigações	127.961	160.902	88.164	131.900
Passivos fiscais	7.470	(21.597)	15.051	(22.898)
Depósitos	239.711	(29.715)	263.842	(140.428)
Operações compromissadas	175.372	134.053	178.733	132.793
Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(297.440)	3.204	(297.440)	3.204
Obrigações por empréstimos e repasses	(35.021)	(14.777)	(35.021)	(14.777)
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	525.049	357.225	681.298	204.635
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Alienação de bens não de uso próprio	6.724	1.360	6.724	1.360
Alienação de imobilizado de uso	255	104	295	747
Alienação do Intangível	2.572	-	2.572	-
Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos	42.778	990	-	-
Inversões de bens não de uso próprio	(45.190)	(69.859)	(45.190)	(69.859)
Inversões em imobilizado de uso	(2.699)	(4.962)	(8.011)	(7.134)
Inversões do intangível	(73.016)	(17.639)	(77.821)	(18.844)
Inversões em investimentos	(10.703)	(10.702)	(6)	(3)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(79.279)	(100.708)	(121.437)	(93.733)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	51.191	63.274	51.191	63.274
Juros sobre capital próprio/dividendos pagos	(82.078)	(17.000)	(82.078)	(17.000)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.783	18.248
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(30.887)	46.274	(28.104)	64.522
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (nota 4)	414.883	302.791	531.757	175.424
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Início do período	1.767.737	1.699.923	621.672	680.070
Fim do período	2.182.620	2.002.714	1.153.429	855.494
Variação Líquida do Caixa e Equivalente de Caixa	414.883	302.791	531.757	175.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
 CNPJ: 00.000.208/0001-00
 SBS QUADRA 01 BLOCO "E" EDIFÍCIO BRASÍLIA - BRASÍLIA - DF
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30.09.2017 E 30.09.2016
 (em milhares de Reais)

	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO	LUCROS/(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	CONTROLADORES	NÃO CONTROLADORES	TOTAL
Saldo em 31.12.2015									
Reapresentado (Nota 3x)	860.500	39.500	-	285.294	-	(85.395)	1.099.899	121.535	1.221.434
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	783	783	-	783
Ajustes de passivo atuarial	-	-	-	-	-	(49.390)	(49.390)	-	(49.390)
Lucro líquido acumulado	-	-	-	-	152.991	-	152.991	18.248	171.239
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.072	(2.072)	-	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	22.367	(22.367)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(17.000)	-	(17.000)	-	(17.000)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2016									
Reapresentado (Nota 3x)	860.500	39.500	-	309.733	111.552	(134.002)	1.187.283	139.783	1.327.066
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	24.439	111.552	(48.607)	87.384	18.248	105.632
Saldo em 31.12.2016	860.500	39.500	-	438.068	-	(163.912)	1.174.156	139.351	1.313.507
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	1.734	1.734	-	1.734
Ajustes de passivo atuarial	-	-	-	-	-	460	460	-	460
Lucro líquido acumulado	-	-	-	-	162.109	-	162.109	19.354	181.463
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	4.524	(4.524)	-	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	51.504	(51.504)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(34.451)	-	(34.451)	-	(34.451)
Dividendos	-	-	-	(47.627)	-	-	(47.627)	(16.571)	(64.198)
Saldos em 30.09.2017	860.500	39.500	-	446.469	71.630	(161.718)	1.256.381	142.134	1.398.515
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	8.401	71.630	2.194	82.225	2.783	85.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Nota 1 Contexto operacional

O BRB - Banco de Brasília S.A. (BRB ou Banco) é uma instituição financeira de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio de suas controladas, atua também nos segmentos de crédito, financiamento e investimento, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de fundos, cartões de crédito, corretagem de seguros e prestação de serviços de cobrança extrajudicial.

Nota 2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e levam em consideração as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, passivos relacionados a benefícios pós-emprego e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do conglomerado BRB (BRB - Consolidado) abrangem as empresas controladas, diretas e indiretas: BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira BRB), BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BRB-DTVM), Cartão BRB S.A. (BRBCard), BRB - Administradora e Corretora de Seguros S.A., BRB Serviços S.A. (anteriormente denominada BSB Ativos S.A.), BSB Participações S.A., bem como o Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas consolidadas, ou seja, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis intermediárias.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram emitidos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais têm sido adotados pelas instituições financeiras após sua aprovação pelo CMN/Bacen. Os pronunciamentos do CPC que já foram aprovados pelo Bacen são: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes relacionadas; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 - Eventos Subsequentes; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. O Bacen, por meio da Resolução CMN n.º 4.144/2012, aprovou a adoção da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1), que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, naquilo que não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Diretoria Colegiada em 10 de novembro de 2017.

Nota 3 Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhar.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas correntes em outras instituições financeiras e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de contratação é inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor justo, que são gerenciados pelo BRB para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são as operações compromissadas avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Aquelas com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro-rata die* com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das aplicações interfinanceiras de liquidez, tanto as pós quanto as prefixadas, é o mesmo do custo acrescido dos rendimentos.

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no balanço patrimonial. Podem ser classificados nas seguintes categorias:

- títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados em contrapartida ao resultado do período. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado;

- títulos disponíveis para venda: são adquiridos sem o propósito de negociação ativa e frequente embora possam vir a serem negociados. Estes títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

- títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

No caso dos títulos disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias, são refletidas no resultado como perdas realizadas.

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- todos os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, são avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na Anbima. Para os demais, usa-se a taxa CDI de um dia, disponível na BM&F Bovespa;
- na falta da taxa devida para o vencimento procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

g) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, em escala crescente de risco de AA a H, bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal, conforme abaixo:

Período de atraso	Classificação das operações
de 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

Para as operações com prazos superiores a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito.

As operações de créditos classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para a cobertura dos riscos de créditos a receber. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos clientes e às garantias das operações.

Com base na Resolução CMN n.º 2.682/1999, artigo 3º, admite-se excepcionalmente classificação diversa para as operações da carteira de crédito rural, ERC – Empréstimo Rotativo Cartão, BRBServ e Consignado Brasília.

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas e subsidiária integral foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei n.º 6.404/1976, Instrução CVM n.º 247/1996. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes, quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

	Percentual
Imóveis de uso – edificações	4,00%
Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20,00%
Demais itens	10,00%

O saldo residual, custo de aquisição corrigido e deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo quando há indicação de perda de valor.

j) Intangível

O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Deliberação CVM n.º 644/2010 e Resolução Bacen n.º 4.534/2016, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente.

k) Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, compreende os imóveis disponíveis para venda e os imóveis próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor. A provisão é constituída quando o valor de mercado é inferior ao custo de aquisição, conforme apontado por laudo de avaliação.

l) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização.

m) Redução do valor recuperável de ativos – *Impairment*

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo. Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o

valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou que ainda não estejam em uso tem seu valor recuperável testado anualmente, independente de apresentarem indício de desvalorização. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. As premissas de análise são definidas de acordo com cada classe de ativos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balancete, reconhecidos em base *pro-rata die*.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em Notas Explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC 25, integralmente nas demonstrações contábeis.

q) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme legislação vigente de cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (**)	20,00%
PIS	0,65%

Tributo	Alíquota
Cofins	4,00%
ISS	Até 5,00%

(*) Os ativos fiscais diferidos foram constituídos com as alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil.

(**) Em conformidade com a Lei n.º 13.169/2015, a alíquota voltará a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

São constituídos créditos tributários do Banco, Financeira BRB, BRB-DTVM e BRBCard, relativos ao Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais e prejuízo fiscal do IR, à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e base negativa da CSLL à alíquota de 20% para o BRB. No caso das obrigações com prazo de realização após 2018, constituiu-se crédito tributário de CSLL à alíquota de 15%.

O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15% ou 20%, conforme prazo de realização).

r) Patrimônio líquido

Capital social: as ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social.

Reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal, limitado à 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%.

Reserva para equalização de dividendos: será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976;
- equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
- decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial:

- ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários, conforme requerido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001.
- ganho ou perda atuarial de plano de benefício definido, líquido dos efeitos tributários, em consonância com a Resolução CMN n.º 4.424/2015.

s) Apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

t) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 4.424/2015, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

u) Informações por segmento

As informações estão apresentadas por segmentos operacionais consistentes com os relatórios internos fornecidos para a Diretoria Colegiada, que é o principal tomador de decisões estratégicas do conglomerado BRB.

Os segmentos operacionais são: intermediação financeira (Banco e Financeira), administração de recursos de terceiros, corretora de seguros e administradora de cartão de crédito.

v) Demonstração do valor adicionado - DVA

O BRB elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

w) Reapresentação de saldos comparativos

Retificação de erro - Majoração da alíquota CSLL (com efeito no BRB, Financeira BRB e BRB - DTVM):

Reversão do crédito tributário, correspondente à majoração da alíquota da CSLL, ocorrida em 30.09.2015, em virtude de erro nas premissas consideradas para a realização das diferenças temporárias que deram origem ao saldo de crédito tributário ativado naquela data. Os critérios para a realização dos créditos tributários são definidos a partir de estudo técnico elaborado em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.059/2002 e alterações.

Retificação de erro – Passivo fiscal diferido sobre atualização de depósitos judiciais (com efeito no BRB, Financeira BRB e BRB – DTVM):

Até 30.06.2016, o BRB, a Financeira BRB e a BRB – DTVM não constituíam passivo fiscal diferido relacionado às diferenças temporárias tributáveis decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais, nos termos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. No caso de compatibilidade de prazos na previsão de realização e de exigibilidade, os valores ativos e passivos referentes a créditos e obrigações tributárias foram compensados.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil e a retificação do erro, foram aplicadas de forma retrospectiva. Sendo assim, os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2015 foram recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Dessa forma, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do trimestre findo em 30 de setembro de 2016, incluindo os saldos iniciais relativos a 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, conforme abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Reserva de lucros	Controladores	Total
Saldo em 31.12.2015 Divulgado	302.881	1.117.486	1.239.021
Ajustes	(17.587)	(17.587)	(17.587)
Saldo em 31.12.2015 Reapresentado	285.294	1.099.899	1.221.434

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Reserva de lucros	Controladores	Total
Saldo em 30.09.2016 Divulgado	327.320	1.204.870	1.344.653
Ajustes	(17.587)	(17.587)	(17.587)
Saldo em 30.09.2016 Reapresentado	309.733	1.187.283	1.327.066

Nota 4 Caixa e equivalente de caixa

a) Composição de caixa e equivalente de caixa

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Caixa	163.250	178.496	163.573	178.822
Disponibilidades	163.250	178.496	163.573	178.822
Equivalentes de caixa (*)	2.019.370	1.589.241	989.856	442.850
Aplicações em operações compromissadas	977.599	430.959	977.599	430.959
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.034.931	1.156.631	-	-
Aplicações em moedas estrangeiras	6.840	1.651	7.231	1.651
Títulos e valores mobiliários	-	-	5.026	10.240
Total	2.182.620	1.767.737	1.153.429	621.672

(*) Refere-se às operações com vencimento de curto prazo cujo prazo de contratação é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição das aplicações interfinanceiras e seus respectivos vencimentos

BRB - Múltiplo	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.09.2017	31.12.2016
Aplicações em operações compromissadas	977.599	-	-	977.599	430.959
Aplicações em depósitos interfinanceiros	84.813	1.006.003	167.472	1.258.288	1.316.977

BRB - Múltiplo	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.09.2017	31.12.2016
Aplicações em moedas estrangeiras	6.840	-	-	6.840	1.651
Total em 30.09.2017	1.069.252	1.006.003	167.472	2.242.727	-
Total em 31.12.2016	1.702.732	46.855	-	-	1.749.587

BRB - Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.09.2017	31.12.2016
Aplicações em operações compromissadas	977.599	-	-	977.599	430.959
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.885	-	167.472	223.357	160.346
Aplicações em moedas estrangeiras	7.231	-	-	7.231	1.651
Total em 30.09.2017	1.040.715	-	167.472	1.208.187	-
Total em 31.12.2016	546.101	46.855	-	-	592.956

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros e moeda estrangeira

BRB - Múltiplo	Índice	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.09.2017	31.12.2016
CDI T Pós	CDI	81.909	953.022	-	1.034.931	1.156.631
DIM Microfinanças	Pré	2.904	-	-	2.904	11.186
DIRP - Pronaf	Pré	-	-	12.073	12.073	11.242
DIRC - Cooperativo	Pré	-	-	52.842	52.842	55.961
DIRG - Pronamp	Pré	-	-	34.472	34.472	35.102
DII - Imobiliário	Pós	-	52.981	-	52.981	-
DIR	Pré	-	-	68.085	68.085	46.855
Aplicações em moedas estrangeiras		6.840	-	-	6.840	1.651
Total em 30.09.2017		91.653	1.006.003	167.472	1.265.128	-
Total em 31.12.2016		1.271.773	46.855	-	-	1.318.628

BRB - Consolidado	Índice	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	30.09.2017	31.12.2016
DIM Microfinanças	Pré	2.904	-	-	2.904	11.186
DIRP - Pronaf	Pré	-	-	12.073	12.073	11.242
DIRC - Cooperativo	Pré	-	-	52.842	52.842	55.961
DIRG - Pronamp	Pré	-	-	34.472	34.472	35.102
DII - Imobiliário	Pós	-	52.981	-	52.981	-
DIR	Pré	-	-	68.085	68.085	46.855
Aplicações em moedas estrangeiras		7.231	-	-	7.231	1.651
Total em 30.09.2017		10.135	52.981	167.472	230.588	-
Total em 31.12.2016		115.142	46.855	-	-	161.997

Nota 6 Títulos e valores mobiliários

a) Resumo

BRB - Múltiplo					
	30.09.2017		31.12.2016		Ref.
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Títulos disponíveis para venda	296.758	640.331	335.874	529.235	(b.2)
Títulos mantidos até o vencimento	129.681	204.178	134.175	261.073	(b.3)
Total	426.439	844.509	470.049	790.308	

BRB - Consolidado					
	30.09.2017		31.12.2016		Ref.
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Títulos para negociação	84.107	-	121.975	-	(b.1)
Títulos disponíveis para venda	297.899	681.920	335.874	529.235	(b.2)
Títulos mantidos até o vencimento	129.681	217.570	134.175	273.854	(b.3)
Total	511.687	899.490	592.024	803.089	

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários nos termos da Circular Bacen n.º 3.068/2001

b.1 – Títulos para negociação

BRB – Consolidado								
	30.09.2017					31.12.2016		
	Valor contábil			Total		Total		
Vencimento em dias	Sem venc.	Acima de 1 ano	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
CCB	-	6.037	16.787	(10.750)	6.037	15.982	(9.373)	6.609
Debêntures	-	-	-	-	-	4.304	(3)	4.301
FII – SIA Corporate	2.776	-	2.776	-	2.776	2.770	-	2.770
Fundo FI RF Longo Prazo	70.060	-	70.060	-	70.060	65.424	-	65.424
Fundos de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	18.602	-	18.602
Fundo FIF Mais	5.026	-	5.026	-	5.026	5.326	-	5.326
Fundos de Investimento Banco do Brasil	-	-	-	-	-	612	-	612
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	137	137	-	137	8.528	9.733	18.261
Títulos de Capitalização	71	-	71	-	71	70	-	70
Total	77.933	6.174	94.857	(10.750)	84.107	121.618	357	121.975

b.2 – Títulos disponíveis para venda

BRB - Múltiplo											
	30.09.2017								31.12.2016		
	Valor contábil					Total			Total		
Vencimento em dias	Sem venc.	0-30 dias	31-180 dias	181-360 dias	Acima de 1 ano	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Ações de Companhias Abertas	2.712	-	-	-	-	10.811	(8.099)	2.712	10.811	(8.342)	2.469
FII – Banrisul Novas Fronteiras	-	-	-	-	10.331	8.166	2.165	10.331	8.717	2.254	10.971
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	30.323	-	544.843	575.395	(229)	575.166	305.546	(804)	304.742
LFT – Vinculadas ao Bacen	-	-	-	-	-	-	-	-	84.436	(224)	84.212
LFT – Vinculado à Garantia	-	-	-	-	19.152	19.158	(6)	19.152	17.730	(35)	17.695
LFT - Título Caucionado	-	-	75.825	-	19.853	95.696	(18)	95.678	111.264	(78)	111.186
LFT - Posição Financiada	-	140.357	-	-	-	140.419	(62)	140.357	334.232	(827)	333.405
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	47.541	45.847	91.981	1.407	93.388	-	-	-
FIR - Santos Virtual	-	-	-	-	305	305	-	305	429	-	429
Total	2.712	140.357	106.148	47.541	640.331	941.931	(4.842)	937.089	873.165	(8.056)	865.109

BRB - Consolidado											
	30.09.2017								31.12.2016		
	Valor contábil					Total			Total		
Vencimento em dias	Sem venc.	0-30 dias	31-180 dias	181-360 dias	Acima de 1 ano	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Ações de Companhias Abertas	2.712	-	-	-	-	10.811	(8.099)	2.712	10.811	(8.342)	2.469
FII – Banrisul Novas Fronteiras	-	-	-	-	10.331	8.167	2.164	10.331	8.717	2.254	10.971
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	30.323	-	564.454	595.006	(229)	594.777	305.546	(804)	304.742
LFT – Vinculadas ao Bacen	-	-	-	-	-	-	-	-	84.436	(224)	84.212
LFT – Vinculado à Garantia	-	-	-	-	19.152	19.158	(6)	19.152	17.730	(35)	17.695
LFT - Título Caucionado	-	-	75.825	-	19.853	95.696	(18)	95.678	111.264	(78)	111.186
LFT - Posição Financiada	-	140.357	-	-	-	140.419	(62)	140.357	334.232	(827)	333.405
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	47.542	45.847	91.981	1.408	93.389	-	-	-
FIR - Santos Virtual	-	-	-	-	304	304	-	304	429	-	429
Debêntures	-	-	-	1.140	3.421	4.561	-	4.561	-	-	-
FIP – Fundos Investimento em Participações	-	-	-	-	18.558	18.558	-	18.558	-	-	-
Total	2.712	140.357	106.148	48.682	681.920	984.661	(4.842)	979.819	873.165	(8.056)	865.109

O efeito tributário sobre o ajuste ao valor de mercado é de R\$ 2.086 (R\$ 3.567 em 31.12.2016) totalizando um montante líquido de R\$ (2.756) (R\$ (4.489) em 31.12.2016), conforme saldo destacado no balanço patrimonial.

b.3 – Títulos mantidos até o vencimento

BRB - Múltiplo										
	30.09.2017							31.12.2016		
	Valor contábil				Total			Total		
Vencimento em dias	0-30 dias	31-180 dias	181 - 360 dias	Acima de 1 ano	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
CDB	-	-	-	2.929	2.929	-	2.929	2.728	-	2.728
FIP - Criatec II	-	-	-	3.229	3.229	-	3.229	2.765	-	2.765
Debêntures	-	2.900	2.900	17.401	23.201	-	23.201	28.056	-	28.056
Funcine	-	-	-	4.406	4.406	-	4.406	4.990	-	4.990
LCI - Pouplex	-	-	-	-	-	-	-	55.527	-	55.527
MOP - Títulos Caucionados	136	681	817	13.614	15.248	-	15.248	16.506	-	16.506
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	49.094	49.094	127.217	225.405	5.305	230.710	279.799	(5.660)	274.139
NTN - Vinculada ao Bacen	-	7.851	15.702	31.405	54.958	3.391	58.349	-	-	-
Títulos da Dívida Agrária	-	28	-	-	28	-	28	55	-	55
CVS - Títulos Públicos Federais	40	199	239	3.977	4.455	-	4.455	4.822	-	4.822
Total	176	60.753	68.752	204.178	333.859	8.696	342.555	395.248	(5.660)	389.588

BRB - Consolidado										
	30.09.2017							31.12.2016		
	Valor contábil				Total			Total		
Vencimento em dias	0-30 dias	31-180 dias	181 - 360 dias	Acima de 1 ano	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
CDB	-	-	-	14.793	14.793	-	14.793	13.779	-	13.779
FIP - Criatec II	-	-	-	3.229	3.229	-	3.229	2.765	-	2.765
Debêntures	-	2.900	2.900	17.401	23.201	-	23.201	28.056	-	28.056
Funcine	-	-	-	5.934	5.934	-	5.934	6.721	-	6.721
LCI - Pouplex	-	-	-	-	-	-	-	55.527	-	55.527
MOP - Títulos Caucionados (*)	136	681	817	13.614	15.248	-	15.248	16.506	-	16.506
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	49.094	49.094	127.217	225.405	5.305	230.710	279.799	(5.660)	274.139
NTN - Vinculada ao Bacen	-	7.851	15.702	31.405	54.958	3.391	58.349	-	-	-
Títulos da Dívida Agrária	-	28	-	-	28	-	28	55	-	55
CVS - Títulos Públicos Federais	40	199	239	3.977	4.455	-	4.455	4.821	-	4.821
Total	176	60.753	68.752	217.570	347.251	8.696	355.947	408.029	(5.660)	402.369

(*) Estão bloqueadas LFT's e CVS's referentes a cartas de fiança e depósitos judiciais.

Em 28.06.2016, o BRB adquiriu debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense em troca de quitação de operação de crédito da emissora junto ao banco. A referida emissão, no valor de R\$ 29.000, possui como características:

- Remuneração: IPCA + 11% a.a;
- Carência de um ano para pagamento de juros mensais, a iniciar em 25.05.2017 (*);
- Amortizações semestrais, a iniciar em 25.11.2017;
- Vencimento: 25.05.2021.

(*) em reunião da Assembleia Geral de Debenturistas titulares das debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense, ocorrida em 24.05.2017, foi deliberado a prorrogação da data do pagamento da primeira parcela de juros do papel que ocorreu em 26.06.2017, sendo incorporado ao principal da operação os juros acumulados desde a emissão. Foi determinado ainda um pagamento adicional pelo emissor e prêmio no valor total de R\$ 100, o qual foi realizado no dia 05.06.2017.

Foi constituída provisão para a debênture do Correio Braziliense nos moldes da Resolução n.º 2.682/1999, no valor de 30% do saldo atualizado. A administração do BRB avaliou a operação específica e entendeu que essa, por ter características de operação de crédito, deveria atender a mesma norma das provisões de operações de crédito. A debênture do Correio Braziliense está categorizada como "mantida até o vencimento".

Os títulos TDA não possuem mercado secundário ativo e possuem valor total aproximado a R\$ 28 (vinte e oito mil reais). Em razão do baixo valor desses ativos comparado ao total da carteira do BRB e, aliada à falta de negociação no mercado, entendemos que o valor atualmente utilizado para esses títulos é justo e não há necessidade de reavaliação.

Para o cálculo das CVSs, constatou-se a falta de mercado secundário para negociação desse ativo, impedindo uma avaliação adequada do seu preço de mercado. Assim sendo, considerando que as

CVS possuem como contraparte o Tesouro Nacional e são custodiadas pela Cetip, a qual apura o valor atual do papel conforme o seu regramento de remuneração, optou-se por adotar o valor calculado pela clearing para sua contabilização, entendendo esse ser o valor justo do ativo e o valor que o BRB terá a receber pelos ativos.

Por fim, o BRB realiza operações no mercado interbancário (DIs) com o propósito de cumprimento de exigibilidade atrelada a suas captações em depósito à vista e a prazo, sendo tais aplicações efetuadas com reciprocidade de aplicação do mesmo montante no BRB por suas contrapartes, mitigando assim o risco de crédito e liquidez. Sob a mesma finalidade foi realizada a aplicação de DI Imobiliário junto a Pouplex no valor inicial de R\$ 50 milhões a vencer em 22.01.2018, contendo tal operação acordo de compensação e liquidação (*netting*) devidamente registrado na Cetip, sendo emitido, pelo BRB, CDI de mesmo valor e vencimento em contrapartida. Dessa forma, considera-se que os valores registrados refletem as condições pactuadas e estão devidamente ajustados.

O Banco possui a intenção e a capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento. Durante o 3º trimestre de 2017 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

c) Títulos e valores mobiliários por carteira

BRB - Múltiplo						
	30.09.2017			31.12.2016		
	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor Contábil	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor Contábil
Carteira própria	950.310	(4.756)	945.554	704.245	(6.892)	697.353
Carteira financiada	140.419	(62)	140.357	334.232	(827)	333.405
Vinculados ao Bacen	54.959	-	54.959	84.436	(224)	84.212
Vinculados a garantias	130.102	(24)	130.078	145.500	(113)	145.387
Total	1.275.790	(4.842)	1.270.948	1.268.413	(8.056)	1.260.357

BRB - Consolidado						
	30.09.2017			31.12.2016		
	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor Contábil	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor Contábil
Carteira própria	1.101.289	(15.506)	1.085.783	838.644	(6.535)	832.109
Carteira financiada	140.419	(62)	140.357	334.232	(827)	333.405
Vinculados ao Bacen	54.959	-	54.959	84.436	(224)	84.212
Vinculados a garantias	130.102	(24)	130.078	145.501	(114)	145.387
Total	1.426.769	(15.592)	1.411.177	1.402.813	(7.700)	1.395.113

d) Títulos e valores mobiliários por nível de hierarquia de valor justo

BRB - Múltiplo		
Ativos financeiros	30.09.2017	31.12.2016
	Valor justo	Valor justo
Nível 1 - valor de mercado		
Ativos financeiros disponíveis para venda	937.089	865.109

BRB - Consolidado		
Ativos financeiros	30.09.2017	31.12.2016
	Valor justo	Valor justo
Nível 1 - valor de mercado		
Ativos financeiros para negociação	78.070	115.366
Ativos financeiros disponíveis para venda	979.819	865.109
Nível 2 - precificação interna com dados externos		
Ativos financeiros para negociação	6.037	6.609

Os critérios utilizados para fins de precificação dos títulos da carteira do Conglomerado BRB a valor justo foram:

- para os títulos públicos federais, foi utilizado o critério de preço de mercado divulgado pela Anbima para a data de 29.09.2017 com a marcação a mercado de cada título. Esses preços representam

efetivamente os valores dos negócios realizados com os Títulos Públicos Federais contidos na Carteira na data mencionada;

- para a 1ª emissão de debênture do Correio Braziliense, dada a inexistência de parâmetro de negociação do ativo em mercado secundário, foi utilizado critério de preço conforme consta em escritura do ativo, sendo considerado, entretanto, os critérios de provisionamento de crédito decorrente da avaliação de crédito do emissor, conforme metodologia interna de avaliação de crédito e critérios definidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999;

- para as ações e Fundos Imobiliários cuja cota possui negociação em bolsa, foram utilizadas as cotações divulgadas pela B3 para o dia 29.09.2017. As informações disponibilizadas pela B3 são os preços efetivos das negociações dos ativos na data mencionada;

- para as operações compromissadas, foram mantidos os mesmos preços praticados pelo mercado. Essa decisão foi tomada tendo em vista que as operações compromissadas são lastreadas em Títulos Públicos Federais, têm taxa pré-fixada e data de retorno fixa. Na hipótese de inadimplência da contraparte, os Títulos Públicos Federais utilizados para lastro garantem essas operações. Entendemos que o risco da operação está minimizado representando dessa forma o preço justo;

- para as cotas dos fundos Funcine e FIP Criatec, em se tratando de fundos fechados e sem negociação de cotas, assume-se que os valores apurados pelo administrador refletem de forma fidedigna o valor justo dos ativos que compõem seu Patrimônio Líquido, em conformidade a legislação vigente de fundos de investimento;

- para as operações em CDI, o valor justo é o valor atualmente praticado no mercado interbancário, pois são operações realizadas exclusivamente entre instituições financeiras. Portanto, o risco de inadimplemento está relacionado à possibilidade da instituição financeira emissora do título perder a capacidade de honrar seus pagamentos.

e) Análise de sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008)

Considerações iniciais

Foi realizada análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, para o Conglomerado BRB. Para realização desta análise, as operações foram segregadas em duas carteiras: negociação e bancária (de acordo com as Resoluções CMN n.º 3.464/2007 e nº 4.557/2017, além da Circular Bacen n.º 3.354/2007).

- A carteira de negociação (*trading book*) consiste nas operações de posições próprias com intenção de revenda, de obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços (efetivos ou esperados) ou realização de arbitragem.

- A carteira bancária (*banking book*) é formada pelos instrumentos não classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação do BRB - Banco de Brasília é composta por títulos públicos federais, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras. A carteira de não-negociação é composta por operações de crédito, depósitos a prazo, poupança, letras financeiras subordinadas, alguns títulos mobiliários e depósitos interfinanceiros, dentre outros papéis.

Metodologia

Para a análise de sensibilidade foram considerados três cenários, aplicados às carteiras de negociação (*trading book*) e bancária (*banking book*). O primeiro cenário foi desenhado pela área de cenários e projeções da Instituição e reflete maior probabilidade de ocorrência para os próximos três meses, com base nas condições de mercado observadas em 29.09.2017. Os cenários II e III são combinações de resultados adversos para o Conglomerado Prudencial. Para a simulação dos cenários, as curvas de juros, de preços, os índices e as taxas cambiais são estressados conforme orientações da Instrução CVM n.º 475/08.

Cenário I: As premissas utilizadas com base no cenário econômico - em setembro de 2017 - foram: Selic a 8,25% a.a. projetada a 7% a.a.; taxa de câmbio reais/dólar a R\$ 3,17 projetada a R\$ 3,20; Ibovespa a 74.293 pontos projetado a 71.065 pontos; IPCA a 2,54% a.a. projetado a 2,91% a.a. e IGP-M a -1,45% a.a. projetado a -0,61% a.a.

Cenário II: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes, por fator de risco.

Cenário III: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

No quadro abaixo encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação:

Exposição Financeira			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixados	985	(1.580)	(3.106)
Inflação	2.502	(1.120)	(2.112)
Renda variável	(925)	(5.314)	(10.627)
Câmbio	73	(1.603)	(3.206)
Total	2.635	(9.617)	(19.051)

A seguir estão os resultados para a carteira de não-negociação:

Exposição Financeira			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixados	170.066	(263.359)	(507.051)
Inflação	(178)	(1.134)	(1.561)
Total	169.888	(264.493)	(508.612)

Cabe ressaltar que os impactos nas exposições financeiras da carteira banking não necessariamente representam potencial prejuízo contábil. Isso porque parte das operações de crédito que estão na carteira banking é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são hedge natural para eventuais oscilações de taxa de juros. Essas oscilações também não representam impacto efetivo sobre o resultado da Instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

Nota 7 Relações interfinanceiras

a) Depósitos no Bacen

Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

b) Sistema Financeiro da Habitação

A carteira de FCVS é composta pelos valores residuais de contratos encerrados, cujos saldos devedores residuais serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Esses créditos são atualizados pela variação da Taxa Referencial de Juros (TR) mais taxa de juros de 6,17% ou 3,12% ao ano, dependendo da origem de recursos do financiamento.

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado						
Carteira própria	30.09.2017			31.12.2016		
	Saldo	Provisão	Saldo Líquido	Saldo	Provisão	Saldo Líquido
Não habilitados (*)	5.516	(4.704)	812	4.214	(3.694)	520
Habilitados e não homologados (**)	4.822	(2.860)	1.962	10.726	(6.362)	4.364
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (***)	83.861	(55.384)	28.477	70.507	(46.455)	24.052

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado						
Carteira própria	30.09.2017			31.12.2016		
	Saldo	Provisão	Saldo Líquido	Saldo	Provisão	Saldo Líquido
Habilitados e homologados (****)	53.919	-	53.919	53.624	-	53.624
Outros	5.972	(2.006)	3.966	5.811	(1.954)	3.857
Total	154.090	(64.954)	89.136	144.882	(58.465)	86.417

(*) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(**) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(***) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo FCVS, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

(****) Representam os contratos já avaliados pelo FCVS e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão é constituída com base em um estudo histórico de perdas ocorridas, oriundas da negativa de cobertura de contratos que não atenderam as normas e pré-requisitos estabelecidos pelo FCVS.

O saldo de R\$ 227 refere-se a valores de mutuários que solicitaram amortização do saldo devedor utilizando o FGTS.

Nota 8 Operações de crédito e outros créditos com características de operações de crédito

a) Composição da carteira por tipo de devedor

BRB - Múltiplo					
	30.09.2017	%	31.12.2016	%	
Pessoa física	6.626.265	88	6.780.591	84	
Pessoa jurídica	943.961	12	1.321.758	16	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	49.968	1	51.070	-	
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.296	-	1.663	-	
Alojamento e alimentação	27.492	-	33.791	-	
Artes, cultura, esporte e recreação	9.334	-	12.808	-	
Atividades administrativas e serviços complementares	115.015	2	203.372	2	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	18.521	-	24.248	-	
Atividades imobiliárias	12.244	-	20.657	-	
Atividades profissionais, científicas e técnicas	25.141	-	32.944	1	
Comércio	104.730	1	204.083	3	
Construção	416.871	6	496.462	6	
Educação	19.223	-	22.335	-	
Governo da Administração Indireta	-	-	182	-	
Indústrias de transformação	28.967	0	57.588	1	
Indústrias extrativas	792	-	1.842	-	
Informação e comunicação	41.136	1	34.844	1	
Saúde humana e serviços sociais	30.721	1	42.695	1	
Transporte, armazenagem e correio	23.284	-	43.209	1	
Outras atividades de serviços	13.648	-	27.986	-	
Outros	5.578	-	9.979	-	
Total	7.570.226	100	8.102.349	100	

BRB - Consolidado					
	30.09.2017	%	31.12.2016	%	
Pessoa física	7.823.085	89	8.034.507	86	
Pessoa jurídica	945.248	11	1.323.650	14	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	49.968	1	51.070	1	
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.296	-	1.679	-	
Alojamento e alimentação	27.515	-	33.846	-	
Artes, cultura, esporte e recreação	9.334	-	12.808	-	
Atividades administrativas e serviços complementares	115.050	2	203.585	2	

BRB - Consolidado				
	30.09.2017	%	31.12.2016	%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	18.521	-	24.248	-
Atividades imobiliárias	12.244	-	20.657	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	25.152	-	33.042	1
Comércio	105.174	1	204.781	2
Construção	416.998	6	496.547	5
Educação	19.251	-	22.367	-
Governo da Administração Indireta	-	-	182	-
Indústrias de transformação	29.085	-	57.674	1
Indústrias extrativas	792	0	1.842	-
Informação e comunicação	41.136	1	34.884	-
Saúde humana e serviços sociais	30.900	1	42.939	1
Transporte, armazenagem e correio	23.549	-	43.443	1
Outras atividades de serviços	13.705	-	28.077	-
Outros	5.578	-	9.979	-
Total	8.768.333	100	9.358.157	100

b) Concentração das operações de crédito

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado			
	30.09.2017	%	31.12.2016	%	30.09.2017	%	31.12.2016	%
10 maiores devedores	275.339	4	317.582	4	275.339	3	317.582	3
50 maiores devedores seguintes	402.237	5	524.749	7	402.237	4	524.749	6
100 maiores devedores seguintes	194.187	3	281.648	3	194.187	2	281.648	3
Demais devedores	6.698.463	88	6.978.370	86	7.896.570	91	8.234.178	88
Total	7.570.226	100	8.102.349	100	8.768.333	100	9.358.157	100

c) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Operações vincendas – BRB - Múltiplo											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2017	31.12.2016
Até 14 dias	55.526	16.395	14.542	5.535	1.261	318	155	99	270	94.101	145.629
De 15 a 30 dias	164.831	30.537	24.070	14.974	4.760	1.655	2.101	1.019	4.957	248.904	264.944
De 31 a 60 dias	135.365	31.524	20.315	11.200	3.386	2.212	1.019	1.148	5.677	211.846	212.870
De 61 a 90 dias	335.058	37.382	27.251	13.823	5.079	1.784	2.064	878	6.004	429.323	420.126
De 91 a 120 dias	49.102	15.772	10.784	3.636	3.086	334	178	114	1.307	84.313	46.524
De 121 a 150 dias	25.818	7.624	3.993	6.750	409	166	103	48	297	45.208	52.118
De 151 a 180 dias	308.846	54.421	39.915	22.691	9.340	4.369	2.886	2.486	14.811	459.765	558.118
De 181 a 360 dias	688.204	103.936	81.848	39.550	21.289	8.116	5.917	5.041	23.407	977.308	1.054.102
Acima de 360 dias	3.173.105	596.953	476.956	253.710	171.418	63.307	37.892	22.441	108.949	4.904.731	5.173.349
Total em 30.09.2017	4.935.855	894.544	699.674	371.869	220.028	82.261	52.315	33.274	165.679	7.455.499	-
Total em 31.12.2016	5.506.682	772.632	737.867	362.838	175.321	43.553	63.813	51.255	213.819	-	7.927.780

Operações vencidas – BRB - Múltiplo											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2017	31.12.2016
Até 14 dias	1.633	1.491	2.612	4.195	893	670	213	275	1.317	13.299	13.233
De 15 a 30 dias	360	211	5.142	3.854	1.073	708	439	344	1.954	14.085	33.983
De 31 a 60 dias	-	-	614	3.251	751	1.410	678	564	4.889	12.157	12.828
De 61 a 90 dias	-	-	-	104	2.376	1.386	1.154	844	4.162	10.026	12.414
De 91 a 120 dias	-	-	-	63	82	5.511	1.302	953	8.617	16.528	33.386
De 121 a 150 dias	-	-	-	34	66	137	865	975	4.074	6.151	13.394
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	8	183	107	1.461	3.121	4.880	9.652
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.094	752	102	35.653	37.601	45.679
Total em 30.09.2017	1.993	1.702	8.368	11.501	5.249	11.099	5.510	5.518	63.787	114.727	-
Total em 31.12.2016	3.042	1.976	22.277	12.076	5.343	16.607	23.352	12.835	77.061	-	174.569
Total Geral em 30.09.2017	4.937.848	896.246	708.042	383.370	225.277	93.360	57.825	38.792	229.466	7.570.226	-
Valor das Provisões	-	(4.481)	(7.080)	(11.501)	(22.528)	(28.008)	(28.913)	(27.155)	(229.466)	(359.132)	-
Total Geral em 31.12.2016	5.509.724	774.608	760.144	374.914	180.664	60.160	87.165	64.090	290.880	-	8.102.349
Valor das Provisões	-	(3.873)	(7.602)	(11.248)	(18.066)	(18.048)	(43.582)	(44.864)	(290.880)	-	(438.163)

Operações vincendas – BRB - Consolidado											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2017	31.12.2016
Até 14 dias	55.585	16.480	14.590	5.543	1.264	320	157	102	279	94.320	145.876

Operações vincendas – BRB - Consolidado											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2017	31.12.2016
De 15 a 30 dias	174.646	43.829	35.173	15.998	5.284	2.001	2.341	1.265	6.092	286.629	303.392
De 31 a 60 dias	145.212	44.964	31.594	12.211	3.906	2.556	1.260	1.394	6.779	249.876	252.039
De 61 a 90 dias	344.689	50.504	38.354	14.814	5.590	2.120	2.299	1.117	7.076	466.563	458.446
De 91 a 120 dias	49.195	15.863	10.853	3.643	3.090	335	178	116	1.319	84.592	46.756
De 121 a 150 dias	25.990	7.822	4.159	6.762	416	171	108	51	327	45.806	52.522
De 151 a 180 dias	335.947	91.556	71.354	25.509	10.786	5.324	3.554	3.163	17.768	564.961	667.027
De 181 a 360 dias	735.958	168.339	135.465	44.408	23.792	9.800	7.080	6.197	28.287	1.159.326	1.249.278
Acima de 360 dias	3.373.974	906.025	695.095	267.985	179.288	69.174	42.179	26.468	123.027	5.683.215	5.987.643
Total em 30.09.2017	5.241.196	1.345.382	1.036.637	396.873	233.416	91.801	59.156	39.873	190.954	8.635.288	-
Total em 31.12.2016	5.689.872	1.004.586	1.335.487	520.358	187.336	54.564	73.063	56.827	240.886	-	9.162.979

Operações vincendas – BRB - Consolidado											
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2017	31.12.2016
Até 14 dias	1.913	1.752	3.188	4.500	1.075	769	311	362	1.670	15.540	14.148
De 15 a 30 dias	548	428	7.106	4.336	1.317	905	541	462	2.398	18.041	39.842
De 31 a 60 dias	-	-	810	3.813	1.113	1.668	861	750	5.595	14.610	15.609
De 61 a 90 dias	-	-	-	342	2.710	1.643	1.324	1.027	4.839	11.885	14.540
De 91 a 120 dias	-	-	-	158	229	5.752	1.475	1.136	9.257	18.007	35.111
De 121 a 150 dias	-	-	-	34	204	251	1.026	1.159	4.704	7.378	14.794
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	57	297	202	1.636	3.739	5.931	10.692
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.267	1.067	537	38.782	41.653	50.442
Total em 30.09.2017	2.461	2.180	11.104	13.183	6.705	12.552	6.807	7.069	70.984	133.045	-
Total em 31.12.2016	3.573	2.203	25.197	14.492	6.728	18.312	25.027	14.151	85.495	-	195.178
Total Geral em 30.09.2017	5.243.657	1.347.562	1.047.741	410.056	240.121	104.353	65.963	46.942	261.938	8.768.333	-
Valor das Provisões	-	(6.738)	(10.477)	(12.302)	(24.012)	(31.305)	(32.980)	(32.859)	(261.938)	(412.611)	-
Total Geral em 31.12.2016	5.693.445	1.006.789	1.360.684	534.850	194.064	72.876	98.090	70.978	326.381	-	9.358.157
Valor das Provisões	-	(5.034)	(13.608)	(16.046)	(19.406)	(21.862)	(49.045)	(49.685)	(326.381)	-	(501.067)

d) Outros créditos com características de operação de crédito – BRBCard

Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2017	31.12.2016
Até 14 dias	193.694	77.370	41.438	13.926	4.594	1.712	1.181	793	6.091	340.799	125.764
De 15 a 30 dias	2.880	2.436	5.701	671	444	178	105	45	303	12.763	49.202
De 31 a 60 dias	24	-	-	4.625	537	155	75	58	481	5.955	74.806
De 61 a 90 dias	2	-	-	-	3.296	270	61	42	478	4.149	53.116
De 91 a 120 dias	-	-	-	-	93	2.789	239	128	686	3.935	35.762
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	-	47	1.667	142	467	2.323	28.119
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	2.204	860	3.064	19.205
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	3.827	3.827	60.134
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9.214	9.214	8.584
Total Geral em 30.09.2017	196.600	79.806	47.139	19.222	8.964	5.151	3.328	3.412	22.407	386.029	-
Valor das Provisões	-	(399)	(472)	(577)	(896)	(1.545)	(1.664)	(2.389)	(22.407)	(30.349)	-
Total Geral em 31.12.2016	-	360.197	12.179	6.552	6.375	11.380	15.453	4.484	38.072	-	454.692
Valor das Provisões	-	(2.280)	(486)	(518)	(779)	(3.772)	(8.389)	(3.403)	(40.476)	-	(60.103)

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos recuperados

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Saldo inicial	438.163	489.960	561.170	603.255
Constituição	348.437	413.330	454.738	512.602
Reversão	(163.616)	(171.313)	(258.004)	(190.682)
Total provisões constituídas (revertidas)	184.821	242.017	196.734	321.920
Transferência para prejuízo	(263.852)	(279.692)	(314.944)	(345.888)
Saldo final	359.132	452.285	442.960	579.287
Créditos recuperados	45.941	13.998	63.234	66.698

f) Renegociações

No BRB – Múltiplo, as operações de crédito renegociadas até setembro de 2017 totalizaram R\$ 1.610.335 (R\$ 1.768.227 no mesmo período de 2016). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação.

Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada e reavaliação do perfil da carteira.

Nota 9 Outros créditos

a) Rendas a receber

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Dividendos/juros sobre capital próprio	4.667	19.180	74	81
Serviços de arrecadação	11.536	10.962	11.571	10.962
Outros serviços prestados	554	553	1.997	2.951
Total	16.757	30.695	13.642	13.994

b) Diversos

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Adiantamentos e antecipações salariais	17.276	5.696	18.910	6.276
Devedores por depósitos em garantia:				
Fiscais	620.703	578.778	625.449	583.322
Trabalhistas	27.974	35.448	31.589	38.620
Outros	21.964	19.842	22.237	20.129
Impostos e contribuições a compensar	32.421	22.506	40.701	26.930
Pagamentos a ressarcir	25.185	29.862	28.860	29.915
Títulos e créditos a receber	6.550	6.521	6.737	10.578
Valores a receber – sociedades ligadas	32.132	35.721	232	-
Correspondentes não bancários	57	216	58	216
Devedores diversos – país	21.290	54.712	24.140	59.837
Total	805.552	789.302	798.913	775.823

c) Composição das provisões para outros créditos

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Carteira de crédito BRBCard(*)	-	-	(30.349)	(60.103)
Pagamentos a ressarcir	(1.163)	(1.163)	(1.163)	(1.163)
Outras	-	-	(257)	(202)
Total	(1.163)	(1.163)	(31.769)	(61.468)

(*) Outros créditos com características de operações de crédito (Nota 8d)

Nota 10 Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos

a) Movimentação do crédito tributário

a.1 - Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diferenças intertemporais

	BRB - Múltiplo	BRB - Consolidado
Saldo em 31.12.2016	486.453	554.939
Constituição	147.124	175.636
Realização	(129.620)	(166.924)
Saldo em 30.06.2017	503.957	563.651
Constituição	70.641	78.631
Realização	(66.067)	(76.378)
Saldo em 30.09.2017	508.531	565.904

a.2 - Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de ajustes a valor de mercado de TVM

	BRB - Múltiplo	BRB - Consolidado
--	----------------	-------------------

	BRB - Múltiplo	BRB - Consolidado
Saldo em 31.12.2016	4.641	4.641
Ajuste positivo	228	239
Ajuste negativo	(754)	(765)
Saldo em 30.06.2017	4.115	4.115
Ajuste positivo	-	14
Ajuste negativo	(328)	(337)
Saldo em 30.09.2017	3.787	3.792

a.3 - Créditos tributários de prejuízo fiscal do IR

	BRB - Múltiplo	BRB - Consolidado
Saldo em 31.12.2016	28.484	30.289
Constituição	1.300	1.300
Realização	(4.313)	(6.118)
Saldo em 30.06.2017	25.471	25.471
Constituição	-	-
Realização	(4.674)	(4.674)
Saldo em 30.09.2017	20.797	20.797

a.4 - Créditos tributários da base negativa da CSLL

	BRB - Múltiplo	BRB - Consolidado
Saldo em 31.12.2016	23.008	24.530
Constituição	1.023	1.023
Realização	(3.411)	(4.933)
Saldo em 30.06.2017	20.620	20.620
Constituição	-	-
Realização	(3.725)	(3.725)
Saldo em 30.09.2017	16.895	16.895
Total de créditos tributários em 30.09.2017	550.010	607.388
Percentual em relação ao patrimônio líquido	43,78%	48,34%
Percentual em relação ao ativo total	3,99%	4,34%

b) Passivo fiscal diferido (nota 20a)

b.1 - Passivo fiscal diferido de ajustes a valor de mercado de TVM

	BRB - Múltiplo	BRB - Consolidado
Total em 31.12.2016	1.071	1.071
Ajuste positivo	410	410
Ajuste negativo	(266)	(266)
Total em 30.06.2017	1.215	1.215
Ajuste positivo	483	488
Ajuste negativo	-	-
Total em 30.09.2017	1.698	1.703

b.2 - Passivo fiscal diferido de diferenças intertemporais

	BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado BRB
Total passivo fiscal diferido em 31.12.2016	27.387
Ajuste positivo	5.117
Ajuste negativo	(114)
Total passivo fiscal diferido em 30.06.2017	32.390
Ajuste positivo	1.173
Ajuste negativo	(46)
Total passivo fiscal diferido em 30.09.2017	33.517

c) Cálculo do crédito tributário ativado

BRB - Múltiplo		
Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	30.09.2017	31.12.2016
	IR e CSLL	IR e CSLL
Devedores duvidosos	301.518	304.795
Licença prêmio	63	64
Litígios trabalhistas	27.605	39.834
Outros litígios	17.150	14.413
Provisão sobre precatório do DER	291	275
Perdas com FCVS	19.708	16.915
Outros valores e bens	1.332	960
Provisão riscos fiscais (INSS)	11.316	11.057
Provisão riscos fiscais (Multa FNDE)	735	736
Provisão riscos fiscais (PIS)	1.775	1.775
Provisão despesas de pessoal – abono	22	32
Provisão PDVI	744	-
Previdência complementar	116.322	93.627
Outras	9.950	1.970
Subtotal	508.531	486.453
Base negativa da CSLL 20%	16.895	23.008
Prejuízo fiscal do IR 25%	20.797	28.484
Ajuste de TVM	3.787	4.641
Total	550.010	542.586

BRB - Consolidado		
Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	30.09.2017	31.12.2016
	IR e CSLL	IR e CSLL
Devedores duvidosos	334.429	349.110
Licença prêmio	63	64
Litígios trabalhistas	27.666	39.876
Outros litígios	17.335	14.471
Provisão sobre precatório do DER	291	275
Perdas com FCVS	19.708	16.915
Outros valores e bens	1.332	960
Provisão riscos fiscais (INSS)	11.317	11.057
Provisão riscos fiscais (Multa FNDE)	736	736
Provisão riscos fiscais (PIS e Cofins)	2.552	2.556
Provisão despesas de pessoal – Abono	22	32
Provisão PDVI	744	-
Previdência complementar	116.322	93.627
Outras	33.387	25.260
Subtotal	565.904	554.939
Base negativa da CSLL 20%	16.896	24.530
Prejuízo fiscal do IR 25%	20.796	30.289
Ajuste de TVM	3.792	4.641
Total	607.388	614.399

d) Estimativa de realização do crédito tributário

O BRB realiza, semestralmente, estudo técnico quanto à expectativa de realização do crédito tributário em 10 anos. Os valores apurados no estudo em 30.06.2017, são:

	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022 a 2026	%
BRB - Múltiplo	216.313	39	117.028	21	43.482	8	22.099	4	19.978	4	131.110	24
BRB - Consolidado	260.480	43	119.603	20	46.063	8	23.146	4	21.025	3	137.071	22

e) Valores realizados do crédito tributário

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Valor projetado em 31.12.2016	263.606	231.423	315.579	304.400
Valor realizado no período	212.892	370.760	104.914	416.247
Percentual de realização	80,76%	160,21%	33,24%	136,74%

O valor presente dos créditos tributários descontados à taxa média de captação é de R\$ 446.921 (R\$ 499.263 BRB - Consolidado).

Nota 11 Impostos e contribuições

Demonstrativo da apuração do imposto de renda e da contribuição social

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Resultado antes do IR e CSLL antes da participação nos lucros	233.483	174.005	332.763	246.842
(-) Juros sobre capital próprio	(34.451)	(17.000)	(34.451)	(17.000)
(-) Participação nos lucros	(25.059)	(22.848)	(32.275)	(29.889)
(+) Adição	463.621	581.695	580.033	1.001.349
Permanente	8.493	9.060	13.252	13.913
Equivalência patrimonial	1.166	3.059	-	-
Outras adições	7.327	6.001	13.252	13.913
Não permanente	455.128	572.635	566.781	987.436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	348.437	413.330	441.288	795.579
Provisão para contingências	15.083	70.958	17.831	78.572
Provisão para PDVI	10.530	16.955	10.530	16.955
Provisão para Perdas c/ FCVS	7.824	-	7.824	-
Previdência Complementar	22.744	-	22.744	-
Outras adições	50.510	71.392	66.564	96.330
(-) Exclusão	(539.182)	(655.770)	(598.928)	(1.008.021)
Permanente	(80.623)	(168.771)	(697)	(119.378)
Equivalência patrimonial	(80.422)	(49.484)	-	-
Outras exclusões	(201)	(1.272)	(697)	(1.363)
Reversão de provisão CSLL de período anterior	-	(118.015)	-	(118.015)
Não permanente	(458.559)	(486.999)	(598.231)	(888.643)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(355.719)	(406.897)	(473.911)	(776.056)
Provisão de contingências	(45.963)	(65.434)	(48.707)	(74.020)
Provisão de PDVI	(8.876)	(10.364)	(8.876)	(10.364)
Previdência Complementar	(14.427)	-	(14.427)	-
Crédito FCVS	-	-	(63)	-
Outras exclusões	(33.574)	(4.304)	(52.247)	(28.203)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	98.412	60.082	247.142	193.281
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(29.524)	-	(36.750)	(1.015)
(=) Lucro/Prejuízo fiscal	68.888	60.082	210.392	192.266
Imposto de renda à alíquota 15%	(10.333)	9.013	(31.559)	28.840
Imposto de renda adicional 10%	(6.871)	5.990	(20.949)	19.142
(-) Incentivos fiscais	(1.800)	(1.607)	(2.452)	(2.391)
(+/-) Ajustes despesa IR/exercícios anteriores	-	-	132	19
Despesa com IRPJ à alíquota de 25%	(15.404)	(13.396)	(49.924)	45.610
Provisões para IRPJ - Valores diferidos	(2.271)	(10.059)	(2.312)	(10.059)
Total IRPJ	(17.675)	(23.455)	(52.236)	(55.670)
Ativo Fiscal Diferido - IRPJ	(7.272)	24.232	(15.150)	27.730
Base de cálculo antes da compensação de base negativa	97.796	59.188	246.296	192.169
(-) Compensação de base negativa	(29.339)	-	(36.944)	(963)
(=) Base de cálculo da CSLL	68.457	59.188	209.352	191.206
CSLL	(13.691)	11.838	(37.499)	33.635
(+/-) Ajuste CSLL período anterior	-	-	60	17
Valor da CSLL	(13.691)	11.838	(37.439)	33.652
Provisões para CSLL - Valores diferidos	(1.362)	(6.035)	(1.388)	(6.035)
Total CSLL	(15.053)	(17.873)	(38.827)	(39.687)
Ativo Fiscal Diferido - CSLL	(6.315)	18.930	(12.812)	21.913
Ativo Fiscal Diferido - IRPJ + CSLL	(13.587)	27.068	(27.962)	33.548
IRPJ e CSLL	(46.315)	1.834	(119.025)	(45.714)

Nota 12 Outros valores e bens

BRB - Múltiplo				
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldo em 30.09.2017

BRB - Múltiplo				
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldo em 30.09.2017
Bens não de uso próprios(*)	94.726	45.190	(6.724)	133.192
Material em estoque	890	1.631	(1.700)	821
Total	95.616	46.821	(8.424)	134.013

(*) Bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

BRB - Consolidado				
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldo em 30.09.2017
Bens não de uso próprios(*)	94.726	45.190	(6.724)	133.192
Material em estoque	1.347	1.929	(2.057)	1.219
Total	96.073	47.119	(8.781)	134.411

(*) Bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

Nota 13 Investimentos - Participações em coligadas e controladas no país

Quantidade de ações	Financeira BRB	BRB - DTVM	BRBCard
Capital social	88.295	40.000	380.783
N.º de ações do BRB			
Ordinárias	210	990	2.748.756
Preferenciais	210	-	-
Percentual de participação	100%	99%	69,74%

Movimento do investimento	Financeira BRB	BRB - DTVM	BRBCard	Total
Saldos em 31.12.2015	88.822	48.015	230.502	367.339
Equivalência patrimonial	(400)	4.774	42.051	46.425
Dividendos distribuídos	-	(990)	-	(990)
Amortização de deságio BRBCard (*)	-	-	10.699	10.699
Saldos em 30.09.2016	88.422	51.799	283.252	423.473

Saldos em 31.12.2016	90.450	54.829	285.822	431.101
Equivalência patrimonial	31.709	2.947	44.600	79.256
Dividendos distribuídos	(3.900)	(693)	(38.185)	(42.778)
Amortização de deságio BRBCard (*)	-	-	10.699	10.699
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2)	-	(2)
Saldos em 30.09.2017	118.259	57.081	302.936	478.276

(*) Baixa parcial de amortização de deságio da BRBCard, referente ao aumento do capital social, mediante a emissão de 2.298.756 novas ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pelo BRB, por meio de contrato de compra e venda celebrado em 22.06.2009 entre o BRB e a BRBCard e do direito de exploração exclusiva do balcão do BRB para venda de cartões de crédito, pelo prazo de 10 anos, sendo este valor apurado por laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

Nota 14 Imobilizado de uso

BRB - Múltiplo						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30.09.2017
Móveis e equipamentos em estoque	0%	217	198	-	(45)	370
Imobilizações em curso	0%	-	930	(131)	-	799
Terrenos	0%	16.857	-	-	-	16.857
Edificações	4%	38.132	-	-	-	38.132
Instalações	10%	6.124	-	(12)	-	6.112
Móveis e equipamentos de uso	10%	24.052	376	(406)	45	24.067
Sistema de comunicação	20%	2.038	3	(16)	-	2.025
Sistema de processamento de dados	20%	61.687	170	(1.074)	-	60.783
Sistema de segurança	10%	8.102	1.022	(128)	-	8.996
Sistema de transporte	20%	2.415	-	(157)	-	2.258
Subtotal	-	159.624	2.699	(1.924)	-	160.399
Depreciação acumulada	-	(99.169)	(8.879)	1.669	-	(106.379)
Total	-	60.455	(6.180)	(255)	-	54.020

BRB - Consolidado

	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30.09.2017
Móveis e equipamentos em estoque	0%	217	197	-	(45)	369
Imobilizações em curso	0%	2.214	950	(131)	(252)	2.781
Terrenos	0%	16.857	-	-	283	17.140
Edificações	4%	46.577	-	-	(283)	46.294
Instalações	10%	7.899	4	(83)	-	7.820
Móveis e equipamentos de uso	10%	35.058	602	(678)	(7.860)	27.122
Sistema de comunicação	20%	2.042	11	(16)	-	2.037
Sistema de processamento de dados	20%	61.964	5.225	(1.271)	8.369	74.287
Sistema de segurança	10%	8.102	1.022	(134)	34	9.024
Sistema de transporte	20%	3.033	-	(157)	(246)	2.630
Subtotal	-	183.963	8.011	(2.470)	-	189.504
Depreciação acumulada	-	(111.333)	(10.870)	2.175	-	(120.028)
Total	-	72.630	(2.859)	(295)	-	69.476

Nota 15 Intangível

BRB - Múltiplo						
	Taxa de amortização	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30.09.2017
Outros ativos intangíveis(*)	10 a 20%	159.539	73.016	(2.572)	-	229.983
Amortização acumulada	-	(50.266)	(24.399)	-	-	(74.665)
Total	-	109.273	48.617	(2.572)	-	155.318

(*)Refere-se basicamente a *softwares*

BRB - Consolidado						
	Taxa de amortização	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30.09.2017
Outros ativos intangíveis(*)	10 a 20%	167.880	77.821	(2.572)	-	243.129
Amortização acumulada	-	(55.950)	(25.415)	-	-	(81.365)
Total	-	111.930	52.406	(2.572)	-	161.764

(*)Refere-se basicamente a *softwares*

Nota 16 Depósitos

a) Resumo

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Depósitos à vista	698.041	883.165	692.764	878.566
Pessoas físicas	194.174	202.136	194.174	202.136
Pessoas jurídicas	331.940	384.080	327.701	380.433
Vinculados	38.130	19.520	38.130	19.520
Governos	386	3.657	386	3.657
Depósitos à vista de ligadas	104.509	223.619	104.509	223.619
Depósitos de instituições do sistema financeiro	23.737	49.841	22.699	48.889
Contas encerradas com saldo	379	312	379	312
Moeda estrangeira no País	4.786	-	4.786	-
Depósitos de poupança	1.675.757	1.625.891	1.675.757	1.625.891
Pessoas físicas	1.585.554	1.538.338	1.585.554	1.538.338
Pessoas jurídicas	82.961	76.419	82.961	76.419
Empresas ligadas	7.111	11.061	7.111	11.061
PJ - instituição financeira	131	73	131	73
Depósitos interfinanceiros	221.755	234.634	221.755	219.031
Depósitos a prazo	6.633.722	6.245.874	6.260.811	5.865.142
Pessoas físicas	2.869.845	2.614.100	2.869.845	2.614.100
Pessoas jurídicas	1.348.216	1.181.720	975.305	1.181.720
Empresas ligadas	437.477	447.550	437.477	66.818
GDF	574.103	564.400	574.103	564.400
Outros governos	47.321	51.943	47.321	51.943
Depósitos judiciais com remuneração	1.351.228	1.378.444	1.351.228	1.378.444

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	5.532	7.717	5.532	7.717
Moeda eletrônica - cartão pré pago	-	-	2.866	1.481
Total	9.229.275	8.989.564	8.853.953	8.590.111

b) Segregação por prazo de exigibilidade

BRB - Múltiplo								
	Sem Vencido	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2017	31.12.2016
Depósitos à vista	698.041	-	-	-	-	-	698.041	883.165
Depósitos de poupança	1.675.757	-	-	-	-	-	1.675.757	1.625.891
Depósitos interfinanceiros	-	-	221.755	-	-	-	221.755	234.634
Depósitos a prazo	-	1.326.962	490.288	1.428.882	1.867.296	163.534	5.276.962	4.859.713
Depósitos judiciais com remuneração	1.351.228	-	-	-	-	-	1.351.228	1.378.444
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	5.532	-	-	-	-	-	5.532	7.717
Total em 30.09.2017	3.730.558	1.326.962	712.043	1.428.882	1.867.296	163.534	9.229.275	-
Total em 31.12.2016	2.509.056	2.861.440	552.617	1.266.873	1.631.604	167.974	-	8.989.564

BRB - Consolidado								
	Sem Vencido	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2017	31.12.2016
Depósitos à vista	692.764	-	-	-	-	-	692.764	878.566
Depósitos de poupança	1.675.757	-	-	-	-	-	1.675.757	1.625.891
Depósitos interfinanceiros	-	-	221.755	-	-	-	221.755	219.031
Depósitos a prazo	-	1.303.039	382.844	1.188.100	1.866.534	163.534	4.904.051	4.478.981
Depósitos judiciais com remuneração	1.351.228	-	-	-	-	-	1.351.228	1.378.444
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	5.532	-	-	-	-	-	5.532	7.717
Moeda eletrônica - cartão pré pago	2.866	-	-	-	-	-	2.866	1.481
Total em 30.09.2017	3.728.147	1.303.039	604.599	1.188.100	1.866.534	163.534	8.853.953	-
Total em 31.12.2016	2.505.938	2.845.644	460.752	978.199	1.631.604	167.974	-	8.590.111

Nota 17 Captação no mercado aberto

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Carteira própria	140.008	333.088	139.518	332.364
Recompras a liquidar	140.008	333.088	139.518	332.364
Letras financeiras do tesouro	140.008	333.088	139.518	332.364
Carteira de terceiros	636.784	268.332	631.912	260.333
Recompras a liquidar	636.784	268.332	631.912	260.333
Letras financeiras do tesouro	167.444	-	162.572	-
Letras do tesouro nacional	-	100.017	-	100.017
Notas do tesouro nacional	469.340	168.315	469.340	160.316
Total	776.792	601.420	771.430	592.697

Nota 18 Recursos letras hipotecárias, imobiliárias, créditos e similares

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado								
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	30.09.2017	31.12.2016
Recursos de letras de crédito imobiliário	4.844	57.967	90.629	45.311	86.881	-	285.632	443.195
Letras financeiras	-	-	-	46.126	-	-	46.126	186.003
Total em 30.09.2017	4.844	57.967	90.629	91.437	86.881	-	331.758	-
Total em 31.12.2016	9.463	38.039	303.740	152.806	125.150	-	-	629.198

Nota 19 Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

a) Segregação por tipo de recursos

Origem dos Recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	30.09.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional	3% a.a.	Polobrasília e Profir/OECF	Outubro de 2025	1.586	1.514
Banco do Brasil (FCO)	2,94% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento industrial, desenvolvimento do turismo regional, desenvolvimento dos setores de comércio, serviços, rural e infraestrutura econômica	Dezembro de 2023	51.270	55.315
BNDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/Finem, comércio e serviços e rural	Junho de 2023	74.299	88.051
CEF	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	Finansa	Outubro de 2018	-	182
Finame	0,9% a.a. até 7,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola	Novembro de 2024	107.717	124.410
Total				234.872	269.472

b) Segregação por vencimento

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado						
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 15 anos	30.09.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional	193	348	348	697	1.586	1.514
Banco do Brasil (FCO)						
Industrial	10.053	13.853	7.271	6.317	37.494	38.061
Rural	3.082	7.165	3.069	460	13.776	17.254
BNDES						
Industrial	3.474	5.284	4.631	4.944	18.333	24.069
Rural	6.621	15.344	10.889	23.112	55.966	63.982
CEF	-	-	-	-	-	182
Finame						
Industrial	10.861	18.526	11.160	3.545	44.092	52.985
Rural	13.000	23.547	18.216	8.862	63.625	71.425
Total em 30.09.2017	47.284	84.067	55.584	47.937	234.872	-
Total em 31.12.2016	55.902	91.994	61.482	60.094	-	269.472

Nota 20 Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre salários	18.700	25.569	20.568	27.704
Impostos e contribuições s/lucros a pagar	-	-	4.431	7.908
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.988	3.041	2.332	3.485
Impostos e contribuições – outros	9.037	9.049	11.762	11.828
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	15.404	-	38.060	11.177
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 10b)	35.215	28.458	35.220	28.458
Total	80.344	66.117	112.373	90.560

b) Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital

A letra financeira subordinada – LFS/LFSN foi criada pela Medida Provisória n.º 472/2009, posteriormente convertida em Lei n.º 12.249/2010. É um título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, cuja emissão, exclusiva de instituições financeiras, foi regulamentada por meio da Resolução CMN n.º 4.123/2012.

Resumo do título por indexador e vencimento:

	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2017	31.12.2016
CDI (LFS)	69.661	-	-	69.661	63.282
IPCA (LFS)	95.944	-	-	95.944	89.677
CDI (LFSN)	-	114.596	80.772	195.368	175.749
IPCA (LFSN)	-	249.416	-	249.416	230.490
Total em 30.09.2017	165.605	364.012	80.772	610.389	-
Total em 31.12.2016	123.790	361.737	73.671	-	559.198

c) Diversas

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Cheques administrativos	615	11.659	615	11.659
Credores por recursos a liberar	4.116	4.815	4.116	4.815
Obrigações para aquisição de bens e direitos	341	2.971	341	2.971
Obrigações por convênios oficiais	25.637	20.494	25.637	20.494
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	16.008	17.730	16.008	17.730
Provisão para pagamento – despesas de pessoal	120.222	96.446	129.672	105.886
Provisão para pagamento – outras despesas administrativas	51.910	23.113	55.366	37.954
Credores diversos – país	13.471	2.666	14.777	2.683
Pagamentos a processar	31.193	30.170	33.432	31.907
Pendências a regularizar sistemas	364	5.212	364	5.212
Pendências de depósitos	4.057	2.577	4.057	2.577
Fornecedores CPG	211	162	211	7.445
Obrigações com bandeiras e associados BRBCard	4.580	12.837	379.043	407.537
Outras	13.284	7.547	19.760	10.282
Total	286.009	238.399	683.399	669.152

Nota 21 Provisões, passivos e contingências passivas

a) Contingências de risco provável

BRB - Múltiplo						
Natureza	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 30.09.2017
Trabalhistas	88.756	7.423	(21.597)	(19.123)	6.108	61.567
Cíveis	32.097	7.661	(866)	(4.402)	3.680	38.170
Subtotal	120.853	15.084	(22.463)	(23.525)	9.788	99.737
Fiscais – CSLL	367.169	13.691	-	-	19.056	399.916
INSS – PLR	17.432	-	-	-	472	17.904
INSS – PLR Abonos	10.212	-	-	-	176	10.388
Salário Educação	2.293	-	-	-	48	2.341
PIS	10.227	-	-	-	346	10.573
Subtotal	407.333	13.691	-	-	20.098	441.122
Total	528.186	28.775	(22.463)	(23.525)	29.886	540.859

BRB – Consolidado						
Natureza	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 30.09.2017
Trabalhistas	91.461	8.329	(22.159)	(19.493)	6.563	64.701
Cíveis	33.219	9.110	(1.007)	(5.799)	3.752	39.275
Subtotal	124.680	17.439	(23.166)	(25.292)	10.315	103.976
Fiscais – CSLL	368.127	13.691	-	-	19.090	400.908
INSS – PLR	17.432	-	-	-	472	17.904
INSS – PLR abonos	10.212	-	-	-	176	10.388
Salário Educação	2.293	-	-	-	48	2.341
PIS	10.956	-	-	-	377	11.333
Cofins	2.643	-	-	-	126	2.769
Outros tributos	3.350	-	-	-	69	3.419
Subtotal	415.013	13.691	-	-	20.358	449.062
Total	539.693	31.130	(23.166)	(25.292)	30.673	553.038

a.1 - Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços ao Banco.

a.2 - Contingências cíveis

As contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente, diferenças de alugueres, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

Ações judiciais de poupadores do Plano Collor - Súmula do STF: Em relação às ações judiciais que envolvem a correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança, em especial o Plano Collor, o Banco possui 299 processos em curso.

a.3 - Contingências fiscais

As contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL: O Banco está contestando, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. Em razão da inobservância da tese da coisa julgada, o BRB ajuizou a ação anulatória (2006.34.00.001140-3), em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, que visa anular as exações da Receita. A provisão foi de R\$ 399.916 (R\$ 367.169 em 31.12.2016).

Em setembro de 2016 foi publicada sentença favorável ao BRB na qual consta a nulidade das autuações feitas no âmbito dos processos administrativos decorrentes do não recolhimento da CSLL nos exercícios de 1992, 1993 e 1994. Diante desse fato, relativamente aos valores envolvidos nas autuações anuladas, a probabilidade de perda foi alterada de provável para possível, ensejando na reversão parcial da provisão no montante de R\$ 118.666, sendo R\$ 651 correspondente ao estorno da atualização do período e R\$ 118.015 receita de reversão de provisão, conforme quadro de movimentação apresentado no item a. O saldo atualizado da provisão revertida está compondo o quadro do item b "Contingências de risco possível - natureza fiscal".

Controladas Financeira BRB e BRB - DTVM: A BRB - DTVM e a Financeira BRB discutiam judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, por meio da ação ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulavam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009, as empresas requereram a conversão de parte dos depósitos em rendas da União e levantamento do saldo remanescente, no valor de R\$ 11.295 em favor da Financeira BRB e R\$ 2.122 em favor da BRB - DTVM. Todavia, a probabilidade de levantamento desses recursos é remota, visto que não há depósitos de valores relativos a multas e juros, conforme concluído pela Contadoria Judicial da Justiça Federal, ou seja, os recursos deverão ser convertidos em rendas da União.

Em dezembro de 2016, com base em normas contábeis, pareceres internos e deliberações pelas instâncias competentes, foram aprovadas as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e das respectivas provisões para perdas, correspondentes aos valores incontroversos nos montantes de R\$ 124.379 para a Financeira BRB e R\$ 8.618 para a BRB - DTVM. Em 31.12.2016, após a reversão da provisão de CSLL da Financeira BRB, no valor de R\$

122.018, restou o saldo de R\$ 764 e há saldo remanescente, em 30.09.2017 no valor de R\$ 790. Com relação à BRB - DTVM, após a reversão da provisão de CSLL, no montante de R\$ 8.353, o saldo remanescente em 30.09.2017 foi de R\$ 202.

PIS – Emendas Constitucionais n.º 01/1994 e n.º 10/1996: Ao argumento de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 517/1994, a qual alargou a base de cálculo do PIS/Pasep para incluir na sua base de cálculo as receitas financeiras, em total descompasso com os artigos 72 e 73 do ADCT e com a legislação que define a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, em 18.06.1996 o BRB e a Financeira BRB ajuizaram ação Ordinária contra a União, ocasião em que postularam o direito de continuar a recolher o PIS com base na legislação do Imposto de Renda, na forma definida no inciso V do art. 72 do ADCT, com redação estabelecida pela Emenda Constitucional de Revisão n.º 01/1994 e pela Emenda Constitucional n.º 10/1996.

Com a improcedência do pleito, o BRB aguarda a conversão dos depósitos em rendas da União para a baixa da provisão no valor de R\$ 10.573 (R\$ 10.227 em 31.12.2016). Para a Financeira BRB parte dos depósitos foram convertidos em rendas da União. Restam os depósitos de janeiro a junho de 1997 que ainda não foram levantados pela União, e possui a provisão de R\$ 310 (R\$ 299 em 31.12.2016). A DTVM possui provisão de R\$ 450 (R\$ 430 em 31.12.2016).

Salário Educação: Em razão de discussão judicial instaurada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que aplicou multas em desfavor do BRB em decorrência de supostos atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário Educação, nos autos da ação Anulatória de Débito Fiscal n.º 2003.34.00.043653-3, foi efetivada provisão em 31.08.2007, no montante de R\$ 1.680, o saldo atualizado é de R\$ 2.341 (R\$ 2.293 em 31.12.2016).

a.4 - Contingências previdenciárias

Autuações referentes ao INSS: O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A primeira refere-se à majoração de alíquotas e as demais ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo.

INSS - PLR/Abonos: Três autuações de 2001, relativas ao INSS (NFLD n.º 35.360.575-1 - R\$ 1.202; NFLD n.º 35.360.577-8 - R\$ 2.831 e NFLD n.º 35.360.579-4 - R\$ 3.614), referem-se ao não recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo, com valor principal de R\$ 7.647. Em relação às NFLD's, os recursos foram julgados parcialmente procedentes, remanescendo em 02/2006 o valor de R\$ 6.102, pelo que se encontra provisionado o valor de R\$ 10.388 (R\$ 10.212 em 31.12.2016). Objeto de execução fiscal, os Embargos à Execução interpostos pelo Banco foram julgados procedentes em 11.09.2014, reduzindo o valor executado para R\$ 6.079.

INSS – PLR: Outras autuações da Receita Federal do Brasil (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9), no valor total de R\$ 37.513, são objeto de discussão na esfera administrativa. A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0), no valor nominal de R\$ 34.851, refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco, sendo provisionado o valor de R\$ 17.904 (R\$ 17.432 em 31.12.2016).

b) Contingências de risco possível

BRB - Múltiplo				
Natureza	30.09.2017		31.12.2016	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	566	174.855	839	249.000
Trabalhista	120	15.110	159	18.262
Fiscal	13	126.354	4	134.973
Total	585	312.289	1.002	402.235

BRB - Consolidado

Natureza	30.09.2017		31.12.2016	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	610	212.292	884	282.496
Trabalhista	127	15.168	159	18.262
Fiscal	13	126.354	4	134.973
Total	749	349.784	1.047	435.731

Para as ações promovidas contra o Conglomerado BRB cuja probabilidade de perda está definida como possível não foram constituídas provisões, conforme políticas contábeis descritas na nota 3q.

Movimentação das contingências com perdas possíveis

O BRB - Múltiplo possui 566 processos de natureza cível, no montante de R\$ 174.855, promovidos contra o Banco, cuja probabilidade de perda está definida como possível, que se referem a ações envolvendo expurgos inflacionários, fraudes, indenizações por falha na prestação de serviços, revisão de cláusulas contratuais, cartões de crédito, falha nos sistemas de automação, inclusão/manutenção indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, descumprimento da Lei da Fila e questões envolvendo o programa Pró-DF, do Governo do Distrito Federal.

O BRB - Consolidado possui 610 processos de natureza cível, no montante de R\$ 212.292, promovidos contra o Conglomerado, cuja probabilidade de perda está definida como possível, envolvendo, além dos objetos discutidos no tópico anterior, também ações relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes da cobrança de saldos em atraso por meio de débito em contas, inscrição em órgãos de proteção ao crédito e contrato de financiamento firmado com a Cooperativa de Transporte Coletivo Público do DF (Coopertran).

Há, também, no BRB - Múltiplo, 120 processos de natureza trabalhista, com probabilidade de perda definida como possível, no montante de R\$ 15.110, enquanto que o BRB - Consolidado possui 127 processos de natureza trabalhista, com probabilidade de perda definida como possível, no montante de R\$ 15.168, que envolvem horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas, indenizações decorrentes de acidentes do trabalho, e causas de responsabilidade subsidiária.

Existem, ainda, no BRB - Múltiplo e Consolidado, 13 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 126.354 com probabilidade de perda possível, relativas a autuações do INSS, originadas de PLR, e da Receita Federal, decorrentes de suposta falha no recolhimento da CSLL/IRPJ.

Nota 22 Receitas e despesas

a) Receitas de prestação de serviços

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Comissões Cartão de Débito	4.778	13.814	4.365	12.769	13.814	13.516
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	-	-	-	-	13.526	10.936
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos	-	-	-	-	42	913
Corretagem de Seguros	386	1.223	1.038	3.095	78.257	79.946
Comissões de intercâmbio	-	-	-	-	27.655	22.535
Rendas de serviços de custódia	-	-	-	-	1.478	1.296
Outras	487	2.687	890	3.583	3.762	5.286
Total	5.651	17.724	6.293	19.447	138.534	134.428

b) Rendas de tarifas bancárias (classificação de acordo com a Carta-Circular Bacen n.º 3.490/2011)

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Rendas de pessoa física	14.313	43.059	13.993	42.470	60.179	58.209

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Rendas de pacotes de serviços	7.896	23.386	7.209	21.289	23.386	21.289
Rendas de serviços prioritários	5.885	17.943	6.112	19.103	19.585	20.025
Rendas de serviços diferenciais	183	542	206	632	16.020	15.449
Rendas de serviços especiais	349	1.188	466	1.446	1.188	1.446
Rendas de pessoa jurídica	29.005	78.978	20.035	60.447	59.029	59.609
Total	43.318	122.037	34.028	102.917	119.208	117.818

c) Despesas de pessoal

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Despesas de pessoal – benefícios	(22.268)	(67.350)	(22.500)	(66.068)	(81.193)	(78.498)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(56.669)	(167.712)	(49.629)	(164.634)	(178.390)	(174.424)
Despesas de pessoal – proventos	(116.739)	(331.182)	(120.766)	(354.391)	(362.989)	(385.124)
Despesas de pessoal – treinamento	(223)	(503)	(352)	(1.160)	(822)	(1.587)
Despesas de honorários	(1.436)	(4.322)	(1.379)	(4.143)	(7.308)	(4.774)
Despesas com remuneração de estagiários	(1.475)	(4.459)	(1.498)	(4.520)	(4.739)	(6.845)
Total	(198.810)	(575.528)	(196.124)	(594.916)	(635.441)	(651.252)

d) Outras despesas administrativas

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Despesas de água, energia e gás	(1.690)	(5.798)	(1.836)	(6.356)	(6.408)	(6.872)
Despesas de aluguéis	(4.676)	(13.512)	(4.506)	(13.481)	(15.728)	(14.281)
Despesas de comunicações	(948)	(2.866)	(1.184)	(3.312)	(4.752)	(5.252)
Despesas de manutenção/conservação de bens	(2.395)	(6.975)	(2.021)	(5.823)	(8.224)	(6.035)
Despesas de processamento de dados	(43.146)	(118.411)	(39.711)	(112.408)	(126.750)	(116.465)
Despesas de propaganda e publicidade	(6.368)	(19.348)	(5.066)	(15.929)	(23.972)	(26.401)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(5.585)	(16.522)	(4.780)	(12.441)	(16.893)	(12.977)
Despesas de serviços de terceiros	(22.014)	(64.800)	(26.475)	(77.407)	(55.049)	(70.974)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(8.003)	(23.887)	(8.281)	(24.439)	(23.974)	(25.506)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.336)	(5.657)	(2.560)	(5.196)	(6.808)	(6.329)
Despesas de transportes	(1.307)	(3.950)	(1.153)	(7.415)	(4.173)	(7.421)
Despesas de amortização e depreciação	(11.298)	(33.278)	(9.202)	(26.636)	(36.285)	(28.761)
Outras despesas administrativas	(5.927)	(16.901)	(7.404)	(18.605)	(16.619)	(23.667)
Total	(114.693)	(331.905)	(114.179)	(329.448)	(345.635)	(350.941)

e) Outras receitas operacionais

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Recuperação de encargos e despesas (*)	12.493	34.998	14.028	39.905	15.726	18.672
Reversão de provisões operacionais	2.677	24.233	13.635	23.796	25.599	53.213
Atualização sobre depósito judicial	9.114	31.198	13.771	38.547	31.440	45.636
Amortização do deságio	3.566	10.699	3.566	10.698	-	-
Reversão de provisão de despesas administrativas e outras	364	1.412	2.274	5.927	4.052	8.715
Atualização de tributos	1.130	1.545	244	1.027	1.602	1.191
Reversão provisão CSLL (nota 21 a.3)	-	-	118.015	118.015	-	118.015
Outras	1.316	2.838	590	3.283	14.709	13.014
Total	30.660	106.923	166.123	241.198	93.128	258.456

(*) No BRB - Múltiplo, refere-se preponderantemente ao ressarcimento de despesas administrativas por parte das controladas, conforme convênios e contratos firmados entre as partes. No BRB - Consolidado, inclui-se o valor referente à empresa BRBCard e suas controladas diretas.

f) Outras despesas operacionais

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Litígios trabalhistas	-	(7.423)	(9.942)	(23.287)	(7.962)	(23.287)
Atualização monetária	(9.512)	(31.526)	(13.715)	(44.921)	(31.732)	(51.350)
Despesas de convênio	(6.971)	(21.281)	(6.542)	(18.970)	(21.281)	(18.970)
Outros litígios	(100)	(7.661)	(4.348)	(4.866)	(7.976)	(4.886)
Tarifas ressarcidas	(33)	(173)	(50)	(8.682)	(173)	(8.682)
Despesas c/ descontos concedidos em renegociações	(1.489)	(3.825)	(343)	(2.082)	(3.825)	(2.751)
Perdas com FCVS	(3.307)	(7.824)	(364)	(4.161)	(7.824)	(4.161)
Ressarcimento custos de operações de cobrança	(1.042)	(3.230)	(1.172)	(3.457)	(3.230)	(3.457)
Ressarcimento de juros - operações de crédito	(849)	(874)	(14)	(75)	(874)	(75)
Prejuízos, acordos e perdas	-	-	-	-	(10.975)	(4.930)
Bonificação paga	-	-	-	-	(5.708)	(4.520)
Processamento de cartões	-	-	-	-	(334)	(6.715)
Central de relacionamento	-	-	-	-	-	(8.061)
Taxas de serviços	-	-	-	-	(23.583)	(19.336)
Tarifas não recuperadas	(1.434)	(3.529)	(2.286)	(7.889)	(3.529)	(7.889)
Comissão de correspondentes	(44)	(145)	(17)	(127)	(14.157)	(16.017)
Serviços de correio e impressão	-	-	-	-	(4.940)	(746)
Indenizações	(1.643)	(4.567)	(1.347)	(3.181)	(4.729)	(3.328)
Pagamento de tarifas	(1.215)	(3.322)	(834)	(2.177)	(3.322)	(2.177)
Variação cambial	(300)	(334)	-	-	(2.434)	(2.026)
Outras despesas	(99)	(1.303)	(215)	(859)	(15.665)	(15.492)
Total	(28.038)	(97.016)	(41.189)	(124.734)	(174.252)	(208.856)

g) Resultado não operacional

	BRB - Múltiplo				BRB - Consolidado	
	3º Trimestre 2017	30.09.2017	3º Trimestre 2016	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Resultado na alienação de valores e bens	98	394	74	402	394	402
Perdas de capital	(1.034)	(3.928)	(1.766)	(10.573)	(4.317)	(10.702)
Valorização/desvalorização de outros valores e bens	(199)	(1.006)	-	-	(1.037)	-
Outras	2.381	3.899	636	1.322	3.902	1.324
Total	1.246	(641)	(1.056)	(8.849)	(1.058)	(8.976)

Nota 23 Patrimônio líquido

Em abril de 2015, houve destinação do montante de R\$ 39.500 para o aumento do capital social do Banco. Desse total, R\$ 12.341 se refere aos saldos contabilizados em Reserva Especial – Lei n.º 8.200/1991 (R\$ 5.358) e em Outras Reservas de capital/CM Decreto n.º 332/1991 - Empresa Incorporada (R\$ 6.983). O restante (R\$ 27.159) estava registrado nas rubricas reserva de lucros/reserva para margem operacional. Dessa forma, o capital social do Banco passou de R\$ 860.500 para R\$ 900.000. Esse aumento foi aprovado em 23.06.2015 e aguarda aprovação das instâncias competentes.

Nos termos da legislação do Imposto de Renda, o montante distribuído a título de juros sobre capital próprio de R\$ 34.451 proporcionou, até o mês de setembro de 2017, uma redução tributária no montante de R\$ 15.503 (R\$ 7.650 em 2016).

Por deliberação do Consad, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, imputando o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, não podendo exceder o limite de 40%, observado a legislação vigente.

Em 04.05.2017, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, distribuição de dividendos complementares do exercício de 2016 no montante de R\$ 47.627, que correspondem a R\$ 1,2825 por ação ON e R\$ 1,4108 por ação PN.

Nota 24 Índice de Basileia e de Imobilização

	30.09.2017	31.12.2016
Patrimônio de referência	1.391.952	1.465.275

	30.09.2017	31.12.2016
Índice de Basileia	15,48%	15,26%
Margem(*)	376.802	420.531
Índice de imobilização	13,46%	14,37%
Índice da margem de imobilização	73,08%	71,25%
Margem de imobilização	508.642	521.956
Banking	71.229	96.656

(*) O cálculo da margem considera o valor da parcela *banking*, no montante de R\$ 71.229.

O Banco realiza a apuração consolidada considerando o conglomerado prudencial (conforme Resolução CMN n.º 4.280/2013) sendo o Índice de Solvabilidade de Basileia apresentado superior ao mínimo de 10,5% exigido pela autoridade monetária.

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste na soma das seguintes parcelas, conforme Circulares Bacen n.º 3.644/2013, n.º 3.645/2013, n.º 3.638/2013, n.º 3.639/2013, n.º 3.641/2013, n.º 3.640/2013:

$RWA = RWACPAD + RWAMPAD (RWACAM + RWAJUR + RWACOM + RWAACS) + RWAOPAD.$

	30.09.2017	31.12.2016
Parcela de risco de crédito	7.882.110	8.609.476
Parcela de risco de mercado – juros	100.030	64.832
Parcela de risco de mercado – ações	37.325	34.823
Parcela de risco de mercado – câmbio	52.703	33.319
Parcela de risco de mercado – <i>commodities</i>	592	781
Parcela de risco operacional	916.964	855.810
Total do Patrimônio de Referência Exigido – RWA	8.989.724	9.599.041

Nota 25 Informações complementares

a) Gestão de risco

O BRB conta com estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza e a complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A Superintendência de Risco Institucional realiza a gestão dos riscos operacional, socioambiental, reputacional e de imagem, de mercado, de liquidez, de crédito e o planejamento de capital, visando promover o gerenciamento e o monitoramento dos riscos inerentes aos negócios da organização e apurar a necessidade de capital para cobertura desses riscos, de forma a atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e subsidiar a definição das estratégias da Instituição.

A gestão de riscos conta ainda com comitês específicos, subordinados à Diretoria Colegiada, garantindo a transparência, a equidade de tratamento e a prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de riscos está evidenciada no Relatório de Divulgação de Informações de Gestão de Riscos e Alocação de Capital, disponível no site do BRB.

b) Eventos subsequentes

b.1 Programa de Desligamento Voluntário Incentivado

Em outubro de 2017 foi divulgada reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, para adesão entre os dias 09 e 13 de outubro.

Durante o período, foram registradas 22 adesões totalizando o montante de R\$ 2.875. A projeção orçamentária inicial previa incentivo de R\$ 1.521, que contemplaria apenas os 11 primeiros empregados inscritos no Programa.

Em 24 de outubro, foi aprovado aumento no orçamento do Programa de R\$ 1.354 para a atender os desligamentos dos demais empregados que solicitaram a adesão. Os novos desligamentos ocorrerão até dezembro/2017.

b.2 Fiscais

O BRB aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, conforme regras estabelecidas pela Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, para quitação de débitos discutidos em processos administrativos e judiciais, na modalidade de pagamento à vista e em espécie, referentes ao PIS/PASEP e INSS, cujos valores atualizados, até outubro de 2017, totalizam R\$ 691 e R\$ 9.680, que serão quitados com os benefícios do Programa por R\$ 214 e R\$ 3.275, respectivamente.

Nota 26 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado BRB correspondem às empresas do conglomerado, pessoas-chave da Administração, os órgãos, secretarias e entidades do Governo do Distrito Federal - GDF e entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB.

a) Transações com o controlador e outros

O Conglomerado BRB realiza transações com o seu controlador e partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos, operações compromissadas e operações de certificados de depósitos bancários (CDI). Essas operações, salvo quando indicado o contrário, são efetuadas em condições de mercado.

Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do governo distrital que mantêm operações bancárias com o Banco, incluindo serviços de arrecadação.

	30.09.2017	31.12.2016
Ativo		
Operações de Crédito		
Administração Indireta(**)	-	282
Passivo		
Depósitos à vista		
Administração Direta(*)	37.041	71.257
Administração Indireta(**)	67.358	152.338
Vinculadas ao funcionalismo(***)	2.864	6.950
Pessoal-chave da administração(****)	110	23
Depósitos a prazo		
Administração Direta(*)	275.846	244.188
Administração Indireta(**)	298.256	320.212
Vinculadas ao funcionalismo(***)	64.566	66.818
Pessoal-chave da administração	3.509	1.570
Outras Obrigações		
Administração Direta(*)	59.203	2.745
Administração Indireta(**)	56	8

(*) Compreendem a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta;

(**) Compreendem as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Governo do Distrito Federal;

(***) Compreendem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada e a BRB Saúde - Caixa de Assistência;

(****) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; e Comitê de Auditoria.

As empresas e órgãos públicos da União e do Distrito Federal são isentas das tarifas de produtos e serviços constantes na tabela de tarifas de produtos e serviços bancários, exceto os serviços prestados mediante convênio celebrado entre as partes. Entende-se como convênio os serviços de arrecadação, exemplos: pagamento de tributos da União, Estados e Municípios (Fazenda), consumo de energia elétrica (CEB), água (Caesb), telefonia fixa e móvel e demais convênios.

As empresas coligadas e controladas seguem os trâmites normais dos outros clientes nas cobranças de serviços prestados pelo Banco, não havendo favorecimento, em conformidade com o artigo 245 da lei nº. 6.404/76.

O Conglomerado BRB não possui nenhum tipo de controle ou influência significativa sobre as entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Governo do Distrito Federal.

A Regius – Sociedade civil de previdência privada é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, instituída pelo BRB, em 1985, com o objetivo de garantir qualidade de vida aos funcionários da instituição financeira que viessem a se aposentar.

A Saúde BRB – Caixa de assistência é uma associação sem fins econômicos instituída para cuidar da saúde e do bem-estar dos beneficiários.

A BRBCard é uma empresa controlada pelo BRB, que atua como mandatária perante as bandeiras Visa e Mastercard, razão pela qual utiliza a marca do BRB, emitindo cartões de crédito, débito e pré-pagos. O contrato celebrado entre o Banco e a BRBCard, tem por objeto o ressarcimento dos custos e despesas decorrentes das atividades desenvolvidas na comercialização de cartões vendidos em conjunto, pela BRBCard e pelo BRB, e do tráfego de dados na rede eletrônica.

b) Saldos de partes relacionadas eliminados na consolidação

Empresas controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os saldos de contas referentes às transações entre empresas do conglomerado BRB são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Ativos	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2016	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Disponibilidade	5.276	-	4.599	-	6.667	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.040.293	88.212	1.180.957	146.584	1.156.457	39.352
TVM (Fundo e CDB)	382.380	30.496	430.276	52.520	408.113	13.068
Outros créditos	44.813	-	432.403	-	36.352	46.425
Investimentos	478.852	79.286	1.180.957	146.584	427.160	-
Intangível	24.607	10.699	56.243	-	38.871	10.699

Passivos	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2016	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Depósitos						
Depósito à vista	5.276	-	4.599	-	6.667	-
Depósito a prazo	372.911	(30.833)	380.731	44.002	360.267	12.108
Depósito interfinanceiro	1.034.931	(87.850)	1.172.234	146.092	1.152.800	(39.238)
Obrigações operações compromissadas	5.362	(327)	8.723	491	3.657	-
Outras obrigações	44.813	-	39.787	-	36.352	-

Resultado	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2016
Receitas			
Rendas de prestação de serviços	14.334	20.719	5.857
Serviços bancários	20.147	1.408	349
Ressarcimento de despesas operacionais	20.170	30.940	8.580
Outras receitas operacionais	15.028	9.349	4.153
Despesas			
Despesas do sistema financeiro	(1.070)	(7)	-
Despesas administrativas	(23.218)	(38.387)	(4.673)
Despesas de serviços de terceiros	(13.092)	(7.066)	(7.483)
Outras despesas operacionais	(21.598)	(9.786)	(3.209)

c) Pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração do Conglomerado BRB são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador: Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria:

	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2016
Remuneração fixa	3.998	5.280	3.741
Remuneração variável	1.384	795	795
Total	5.382	6.074	4.536

d) Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada do Banco, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2017 a abril de 2018 foi fixado em R\$ 7.271, mais encargos de R\$ 2.006.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Está previsto no Estatuto do Banco:

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta do Diretor-Presidente e Diretores, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

Remuneração variável

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 3 anos subsequentes. Existe provisão de R\$ 2.040 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial.

Nota 27 Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 3.598 (R\$ 4.631 em 31.12.2016), os quais estão relacionados com operações de crédito de órgãos oficiais e consórcio, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do tesouro nacional caucionados referentes ao processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar – BRB x União Federal – CSLL, conforme mencionado na nota 6 b.3.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.512/2016 o Banco provisionou montante de R\$ 98 correspondente a operações do produto Carta de Fiança. O rating dos clientes foi o critério utilizado para o cálculo da provisão.

Nota 28 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A é um dos patrocinadores da Regius - Sociedade civil de previdência privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de previdência complementar instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, nas seguintes modalidades:

- Plano BD-01: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em junho de 1985 e fechado ao ingresso de novos participantes desde fevereiro de 2000. Custeado por contribuições dos participantes ativos e participantes assistidos e pelas contribuições das patrocinadoras (BRB e Regius), que são paritárias as dos participantes. Plano de Custeio: contribuição de 3%, 5% e 12% de acordo com as faixas de renda do salário de contribuição para os participantes ativos; e, contribuição de 15% do benefício para os participantes assistidos.

- Plano CD-02: plano de benefícios previdenciais exclusivo para os participantes ativos do Plano BD-01 na data de sua aprovação, 30.09.2012, estruturado na modalidade de contribuição definida - benefícios temporários, com prazo máximo de recebimento em 48 meses, calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 2% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 2% a 6% do salário de contribuição.

- Plano CV-03: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em março de 2000, com benefícios programados calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos; benefícios de riscos (invalidez e morte) calculado conforme fórmula prevista em regulamento próprio. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 6% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 6% a 8% do salário de contribuição.

Para fins de atendimento à Deliberação CVM n.º 695/2012, o banco efetua o cálculo das obrigações atuariais semestralmente, os valores calculados por atuário externo, para data base de 30 de junho de 2017, conforme Relatório Técnico de 11 de julho de 2017, estão a seguir sumariados.

a.1 - Valores sumariados

Movimentação do passivo atuarial	
Saldo em 31.12.2016	291.207
Adições	40.233
Baixas	17.482
Saldo em 30.09.2017	313.958

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
Valor presente total das obrigações atuariais	(2.254.644)	(10.984)	(2.170.533)	(10.045)	(2.030.062)	(8.479)
Valor justo dos ativos do plano	1.963.437	25.538	1.883.800	24.440	1.769.758	18.419
Resultado do plano	(291.207)	14.554	(286.733)	14.395	(260.304)	9.940

	30.06.2017		31.12.2016		30.06.2016	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
RMBC	(1.254.700)	2.699	(1.160.006)	3.983	(1.062.675)	5.035
RMBAC	(1.064.088)	8.285	(1.063.198)	6.045	(1.028.866)	3.444
Contribuição extraordinária de ativos e assistidos	64.144	-	52.671	-	61.479	-
Total	(2.254.644)	10.984	(2.170.533)	10.045	(2.030.062)	8.479

A Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder representa o valor presente do benefício atribuído em anos anteriores de serviço prestado pelo empregado. Apresentou-se maior em relação ao período anterior, influenciado pela Taxa real de juros e o nível de salários.

A alteração na premissa de taxa de juros real, que foi modificada de 7,34% a.a. para 5,63% a.a., tendo sido obtida a partir dos rendimentos da NTN-B com vencimento em 2026, conforme pesquisa realizada em 30.06.2017. Em relação à reavaliação de 30.06.2016, o valor justo dos ativos do plano cresceu de R\$ 1.769.758 para R\$ 1.963.437, representando uma elevação de 10,94%, enquanto a obrigação atuarial registrou um aumento de 11,06%.

a.2 - Premissas biométricas

Plano PB-01

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000, segregada por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP 2000 *Disabled*, por sexo;
- Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

Plano PB-03

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85, por sexo;
- Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

a.3 - Principais premissas econômicas

	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
Taxa real de juros	5,63%a.a	5,91%a.a	6,18%a.a
Taxa estimada de inflação	4,19%a.a	5,13%a.a	6,88%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) – Plano PB-01	0,00%a.a	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) – Plano PB-03	2,60%a.a	2,60%a.a	2,60%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano BD-01	2,92%a.a	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano PB-03	2,92%a.a	2,92%a.a	2,92%a.a
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	2,53%a.a	0,00%a.a	0,00%a.a
Capacidade de benefícios:			
PB-01	100%	100%	100%
PB-03	100%	100%	100%
Capacidade salarial	100%	100%	100%
Índices dos Planos:	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016
PB-01	IPCA	IPCA	IPCA
PB-03	IPCA	IPCA	IPCA

a.4 - Quantidade de participantes por plano de benefícios

Participantes	Participantes por Plano							
	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	691	779	507	558	2.093	2.093	30	-
Regius	5	5	5	5	22	23	1	-
BRBCard	-	-	-	-	102	109	23	-
BRB Seguros	-	-	-	-	64	64	46	-

Participantes por Plano								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
BRB Saúde	-	-	-	-	-	-	66	-
Total	696	784	512	563	2.281	2.289	165	-

Assistidos por Plano								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	1.018	940	72	50	14	14	-	-
Regius	-	-	-	-	3	3	-	-
BRB Seguros	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	1.018	940	72	50	18	17	-	-

Pensionistas por Plano								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	127	120	-	-	-	-	-	-
Regius	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	128	121	-	-	-	-	-	-

a.5 – Alocação por categoria de ativo

Plano BD-01	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	1.641.878	87	1.570.615	87	1.535.121	86
Títulos de renda variável	78.372	4	68.582	4	71.555	4
Investimentos estruturados	15.177	1	14.913	1	16.210	1
Imóveis	118.917	6	119.273	6	119.355	7
Empréstimos a participantes	40.631	2	39.450	2	40.008	2
Disponibilidades	62	-	31	-	106	-
Depósitos judiciais	461	-	123	-	122	-
Contas a receber/a pagar	(13)	-	(14)	-	(37)	-
Contingências	(641)	-	(299)	-	(275)	-
Total	1.894.844	100	1.812.674	100	1.782.165	100

O plano BD-01 possui um total de R\$ 178.178 (R\$ 164.950 em 31.12.2016) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-02	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	55.737	100	48.990	100	45.640	100
Disponibilidades	16	-	-	-	14	-
Total	55.753	100	20	100	45.654	100

Plano CV-03	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	209.495	89	176.304	89	163.329	88
Títulos de renda variável	9.161	4	8.016	4	7.946	4
Investimentos estruturados	1.972	1	1.922	1	2.092	1
Empréstimos a participantes	14.150	6	12.629	6	12.271	7
Disponibilidades	17	-	-	-	16	-
Contas a receber/a pagar	(13)	-	-	-	(7)	-
Outros	-	-	56	-	-	-
Total	234.782	100	198.927	100	185.647	100

O plano CV-03 possui um total de R\$ 12.844 (R\$ 11.893 em 31.12.2016) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD - 05	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	454	97	-	-	-	-
Disponibilidades	16	3	-	-	-	-

Plano CD - 05	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
Total	470	100	-	-	-	-

Quanto ao reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefício definido BD-01, a administração firmou entendimento de que a quantificação dos montantes encontra-se adequada e fundamentada em laudo atuarial preparado por atuário independente e mensurado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – revisão 1 – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nesse contexto, cabe mencionar as ponderações que se seguem:

A obrigação de benefícios de pós-emprego que o BRB está vinculado são regidos por acordos formais concretizados entre a patrocinadora (BRB) e a administradora do plano de benefícios (Regius), os quais são constituídos pelo estatuto da entidade, regulamento do plano de benefícios e convênio de adesão, além da legislação que rege tais acordos formais, que é emanada do Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-Previc, respectivamente os órgãos regulador e fiscalizador do regime de previdência complementar brasileiro no tocante às entidades fechadas de previdência complementar, conforme disciplina a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Os benefícios pós-emprego, cuja obrigação o CPC-33 R1 determina que a empresa contabilize e divulgue, no caso daqueles relativos aos planos de previdência, devem obedecer os acordos formais entre a empresa e a administradora do plano de benefícios, os quais se compõem de estatutos, regulamentos e convênios de adesão, conforme estabelece a legislação de previdência complementar brasileira, mas também qualquer obrigação construtiva que surja a partir das práticas informais da entidade;

Conforme disciplina o CPC-33 R1, a contabilização de planos de benefício definido envolve calcular a obrigação atuarial com o benefício pós-emprego, a valor presente, utilizando o método denominado Crédito Unitário Projetado, e deduzir o valor justo dos ativos do plano, resultando em um déficit ou superávit, o qual, se for o caso de superávit, deverá ser ajustado pelo efeito da limitação do teto de ativo.

O plano foi criado em 1985 e, à época, já eram previstas contribuições sobre benefícios. Para que houvesse viabilidade financeira no plano de benefícios, foi necessária a instituição de contribuições sobre os benefícios em percentuais iguais a 10% para a patrocinadora (BRB) e 10% para os assistidos. Inicialmente, já havia a previsão de que não seriam constituídas provisões matemáticas de 100% dos montantes necessários aos pagamentos dos benefícios, sendo previstas contribuições para reduzir a despesa com os benefícios, as quais até hoje compõem o plano de custeio referente ao plano de benefícios.

Desde o início, o plano foi modelado para capitalizar reservas de 80% dos recursos necessários ao financiamento dos benefícios, sendo a parcela restante financiada em regime de caixa, através das contribuições da empresa e do assistido, que são exigível mensalmente enquanto o assistido sobreviver. As contribuições sobre benefícios estão previstas em plano de custeio avaliado anualmente de forma atuarial. Não há contrato de dívida relativo às contribuições que o BRB aporta ao plano incidentes sobre os benefícios.

Posteriormente, após aprovação pela direção do BRB, o plano de custeio foi inserido no regulamento inicial do plano de benefícios, no capítulo V, que trata das contribuições, integrando o art. 42 (aposentados) e art. 45 (patrocinadora), sendo que os percentuais iniciais foram ajustados ao longo do tempo de forma a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios e, atualmente, perfazem, de forma geral, 15% para a patrocinadora e 15% para o aposentado, ambos incidentes sobre o valor do benefício pago pela Regius.

A criação de contribuição para o alcance e manutenção do equilíbrio atuarial de planos de benefícios previdenciais de EFPC é permitida pela legislação desde a época em que o plano de benefícios foi constituído, admitindo-se, no cálculo do resultado atuarial do plano que essas contribuições, tanto da patrocinadora quanto dos assistidos, incidentes sobre benefícios sejam utilizadas como redutoras da obrigação atuarial, de forma que o resultado do plano de benefícios – deficitário ou superavitário

– já se encontra subtraído, inclusive, das contribuições futuras da patrocinadora incidentes sobre os benefícios dos aposentados.

O procedimento adotado pela Administração se fundamenta no entendimento de que a obrigação atuarial para com os aposentados deve ser líquida das contribuições incidentes sobre ela, conforme permite a legislação das EFPC, e que o método atuarial estabelecido no CPC 33-R1 não modifica essa obrigação, uma vez que o método é utilizado para o cálculo da reserva matemática constituída pelo participante ativo em função dos anos de serviço que prestou à empresa e, no caso do aposentado, o método atuarial já não é aplicável, pois a reserva matemática necessária ao financiamento do benefício já está constituída.

b) Plano de saúde

O Banco é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados. O convênio de adesão celebrado entre BRB - Banco de Brasília e Saúde BRB - Caixa de Assistência está sujeito especialmente à Lei n.º 9.656/1998, Resolução Normativa ANS n.º 137/2006 e suas alterações, Estatuto da Saúde BRB e ao regulamento do plano A.

O objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

Os beneficiários abrangem empregados ativos, diretores, conselheiros, dependentes, ocupantes de cargo em comissão, aposentados e pensionistas (sem contribuição patronal), receptores de Benefício Diferido pago pela Regius (sem contribuição patronal) e contribuintes avulsos.

O plano de custeio está determinado no regulamento do plano A. Os recursos são originários essencialmente:

- Das associadas BRB-Banco de Brasília, BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A com contribuição mensal no percentual de 4% (quatro por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Das associadas AEBRB Associação dos Empregados do Banco de Brasília; BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A; Cartão BRB S/A; Regius e Saúde BRB com contribuição mensal no percentual de 6% (seis por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- De todas as associadas com contribuição mensal no percentual de 1,5% (um e meio por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Dos beneficiários, conforme percentuais específicos definidos no regulamento.

c) Participação nos lucros e resultados

Foi assinado o I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2016/2018, que regula a participação dos empregados do Banco BRB, efetivos, contratados em emprego ou cargo em comissão, nos lucros e resultados da instituição, no ano de 2017.

Tendo como referência os percentuais de lucratividade do BRB, conforme tabela abaixo, realiza-se o pagamento de acordo com o Programa.

Percentual de rentabilidade sobre o PL médio do Banco no semestre	Percentual do lucro líquido a ser distribuído a título de PLR
De 0,1% a 14,00%	15,00%
De 14,01% a 19,99%	17,00%
Igual ou maior que 20%	20,00%

O Programa ajustado entre o BRB e as entidades sindicais (I Termo Aditivo ao ACT 2016/2018) é dividido nos seguintes critérios: (a) índice de lucratividade (art. 2º, § 1º, I, Lei n.º 10.101/00) e (b) índice de cumprimento do programa de metas (art. 2º, § 1º, II, Lei n.º 10.101/00).

Conforme o índice de lucratividade, 60% (sessenta por cento) do valor total da premiação será distribuído linearmente entre todos os empregados participantes, ressalvados os casos específicos.

Já em relação ao índice de cumprimento do programa de metas, o valor a ser redistribuído corresponderá a 40% (quarenta por cento) do Valor Total da Premiação, sendo distribuído exclusivamente para as unidades que cumpriram as suas metas.

A distribuição por índice de cumprimento do programa de metas será realizada tomando-se por base o valor definido para o salário, considerando-se: o vencimento padrão 1 – VP1 dos cargos da respectiva carreira, para os empregados sem comissão; o valor do somatório do VP1 com a respectiva atividade gratificada, no caso dos empregados com atividade gratificada; e o valor de referência, nos casos dos empregados com função gratificada.

Por fim, o enquadramento dos empregados que participarão do Programa de PLR será definido de forma detalhada no I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2016/2018, esclarecendo quanto aos empregados de licença interesse ou especial, cedidos, desligados, afastados e demais casos específicos.

Nota 29 Demonstração do Resultado Abrangente – DRA

	BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado			
	3º trimestre 2017	30.09.2017	3º trimestre 2016	30.09.2016
Resultado do período	71.630	162.109	111.552	152.991
Outros resultados abrangentes	(11.683)	2.194	350	(48.607)
Ganhos/perdas de ativos financeiros disponíveis para venda	1.744	3.215	654	1.469
Efeito fiscal TVM	(810)	(1.481)	(304)	(686)
Passivo atuarial	(19.137)	(18.908)	-	(82.317)
Efeito fiscal passivo atuarial	6.520	19.368	-	32.927
Total do Resultado Abrangente	59.947	164.303	111.902	104.384
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	59.947	164.303	111.902	104.384
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-

PRESIDÊNCIA

Vasco Cunha Gonçalves

DIRETORIA

Vasco Cunha Gonçalves (Diretor-Presidente)
Carlos Vinicius Raposo Machado Costa
Cristiane Maria Lima Bukowitz
Dario Oswaldo Garcia Júnior
Gustavo Costa Oliveira
Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Marco Aurélio Monteiro de Castro
Nilban de Melo Júnior

CONSELHO FISCAL

Wilson José de Paula (Presidente)
Antônio Valdir de Oliveira Filho
Antonio Eigi Nishiyama
Dalmo Jorge Lima Palmeira
Pedro Meneguetti

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Antônio Fleury Teixeira (Presidente)
Arthur Pereira de Castilho Neto
José Renato Casagrande
Oswaldo Serrano de Oliveira
Romes Gonçalves Ribeiro
Vasco Cunha Gonçalves

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson de Araújo Lôbo (Presidente)
Elias José Pereira de Sousa Filho
Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador CRC/DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Crédito e Clientes

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Marco Aurélio Monteiro de Castro
Diretor de Risco e Controladoria

Carlos Vinicius Raposo Machado Costa
Diretor de Serviços e Produtos

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador
CRC-DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão sobre as Informações Trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do

BRB - Banco de Brasília S.A.

Brasília-DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do BRB - Banco de Brasília S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos naquela data, bem como das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas, incluídas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às informações contábeis intermediárias, que descreve que, em 30 de setembro de 2017, o Banco (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante de R\$154.090 mil. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$94.199 mil e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. O Banco estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$64.954 mil. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já habilitados e homologados pelo FCVS, no montante de R\$53.919 mil, em 30 de setembro de 2017, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3 (x) às informações contábeis intermediárias, que descreve que, em decorrência da retificação de erro (i) da majoração da alíquota da CSLL, e (ii) da constituição de passivo fiscal diferido, os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC-1SP214144/O-1